



MANUAL

DE CERTIFICAÇÃO DE CADEIA
DE CUSTÓDIA FSC®/CADEIA
DE RESPONSABILIDADE PEFC®



COMO UTILIZAR ESTE MANUAL

Este Manual é dirigido a todas as empresas que comercializam e/ou transformam produtos de base florestal, e tem por objetivo facilitar o acesso à certificação de Cadeia de Custódia FSC® e/ou Cadeia de Responsabilidade PEFC®.

Este manual segue uma lógica de Fileira, pelo que, poderá encontrar informação específica da Fileira de Cortiça, da Fileira da Madeira e da Fileira da Pasta e Papel.

Ficha Técnica

Propriedade: Projecto Certifica+

Projecto desenvolvido em parceria:
AIFF, APCOR, CELPA e Centro PINUS

Sede: Av. Comendador Henrique Amorim, 580
4536-904 Santa Maria de Lamas, Portugal

Tel: + 351 227 474 040 | Fax: + 351 227 474 049
E-mail: info@aiff.pt | Web: www.certificamais.pt

Autor: Susana Brígido

Revisão: FSC® Portugal e PEFC® Portugal

Fotografias: APCOR, CELPA e Centro PINUS

Ano de publicação: 2015

ÍNDICE GERAL

1 | MANUAL DE CERTIFICAÇÃO DE CADEIA DE CUSTÓDIA FSC®/ CADEIA DE RESPONSABILIDADE PEFC®

Fileira da Cortiça _____ **4**

2 | MANUAL DE CERTIFICAÇÃO DE CADEIA DE CUSTÓDIA FSC®/ CADEIA DE RESPONSABILIDADE PEFC®

Fileira da Madeira _____ **29**

3 | MANUAL DE CERTIFICAÇÃO DE CADEIA DE CUSTÓDIA FSC®/ CADEIA DE RESPONSABILIDADE PEFC®

Fileira da Pasta e Papel _____ **54**

4 | BIBLIOGRAFIA E SÍTIOS DA INTERNET CONSULTADOS _____ **79**

5 | ANEXOS – DOCUMENTAÇÃO _____ **80**



MANUAL

DE CERTIFICAÇÃO DE CADEIA
DE CUSTÓDIA FSC®/CADEIA
DE RESPONSABILIDADE PEFC®

FILEIRA DA CORTIÇA



ÍNDICE

1 | Cadeia de Custódia/Responsabilidade:

Uma estratégia de mercado - Testemunhos **6**

2 | Enquadramento da Certificação de Cadeia de Custódia/Responsabilidade **9**

2.1| O que é a Certificação de Cadeia de Custódia/Responsabilidade (CdC/CdR) ____ 9

2.2| Os sistemas FSC® e PEFC® 9

2.3| A quem se destina a CdC/CdR 10

2.4| As normas FSC® e PEFC® 11

2.5| As etapas para obter a certificação 12

2.6| Os benefícios da certificação 13

2.7| Os custos da certificação 14

3 | Implementação da Norma de CdC/CdR **15**

3.1| O Sistema de CdC/CdR 15

3.2| Métodos de CdC/CdR 16

3.3| Madeira controlada FSC®/ Sistema de Diligência Devida PEFC® 19

3.4| Certificação de grupo e multisite 20

4 | FAQ's **21**

5 | CdC/CdR: Sistema de Suporte à implementação **25**

6 | Bibliografia e sítios da internet consultados **79**

1| CADEIA DE CUSTÓDIA/RESPONSABILIDADE: UMA ESTRATÉGIA DE MERCADO - TESTEMUNHOS

GRANORTE



Pedro Soares | Qualidade e Melhoria Contínua

A **GRANORTE** é uma empresa familiar fundada em 1972 com o objetivo de reciclar os resíduos de cortiça provenientes das empresas produtoras de rolhas de cortiça natural. Produzindo inicialmente granulados de cortiça, rapidamente a empresa alcançou uma boa reputação em todo o mundo devido à sua excelente qualidade técnica.

A partir de 1984 a GRANORTE passa a produzir aglomerados de cortiça, focalizando a sua atividade nos produtos de revestimento. Hoje, o portefólio de produtos da GRANORTE é vasto e variado, desde os granulados, folhas e rolos em cortiça, até aos pavimentos e revestimentos de paredes e tetos, e mesmo acessórios e mobiliário em cortiça para casa.

Com cerca de 150 colaboradores e uma operação em 3 turnos, a GRANORTE exporta 97% da sua produção para cerca de 50 países em 5 continentes. A empresa possui 2 sucursais, na Alemanha e em Inglaterra.

A principal matéria-prima da GRANORTE é, obviamente, a cortiça. A empresa usa todos os subprodutos e desperdícios resultantes do fabrico de rolhas de cortiça natural (aparas, refugos...), provenientes das várias indústrias rolheiras da zona. Para além desta matéria-prima, também utiliza cortiça procedente diretamente da floresta; cortiça que pela sua qualidade ou tipo, não é usada no fabrico de rolhas ou discos de cortiça natural.

Para o fabrico de alguns dos seus produtos, a GRANORTE adquire também outras matérias-primas de origem florestal, como sendo a folha de madeira natural e, principalmente, as placas de fibra de madeira ou vulgarmente designadas de MDF.

Sendo a matéria-prima da GRANORTE de origem florestal, a empresa desde cedo sentiu necessidade em contribuir para o desenvolvimento de soluções ambientais de conservação e proteção das florestas. Assim, desde 2010 que a GRANORTE é membro da rede ibérica da Global Forest & Trade Network da WWF, e tem implementado os sistemas de certificação florestal da cadeia de custódia FSC® e PEFC®. Desta forma, a GRANORTE estabelece um compromisso de apoio a práticas responsáveis de gestão florestal que protegem a biodiversidade e a integridade do ecossistema, resultando em benefícios sociais e económicos a longo prazo. Hoje os consumidores estão cada vez mais preocupados com a proteção do ambiente e a conservação da natureza. A certificação CdC FSC®/PEFC® da GRANORTE oferece uma garantia de responsabilidade ao utilizador,

assegurando que a cortiça e a madeira usada nos produtos provêm de florestas geridas de forma responsável, garantindo assim a sustentabilidade do negócio e, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento de mercados para produtos florestais ambientalmente responsáveis.

A certificação florestal cadeia de custódia FSC® ou PEFC® implica, tal como outros sistemas de certificação, responder a todos os pontos do referencial normativo, criando procedimentos válidos para o cumprimento dos requisitos da norma. Essencialmente, será importante:

- | Ter uma forte política de compras que promova a gestão sustentável das florestas, favorecendo fornecedores de matéria-prima florestal certificada FSC® e/ou PEFC® e elimine as compras de matéria-prima proveniente de regiões ameaçadas do mundo.
- | Fazer uma análise de risco, verificar e assegurar que a proveniência da matéria-prima florestal é de origem controlada ou certificada.
- | Verificar qual o método mais apropriado para controlo de entradas e saídas de matérias-primas e produto final certificado FSC® e/ou PEFC®.
- | Garantir a segregação e identificação e rastreabilidade de matérias-primas e produto final certificado FSC® e/ou PEFC®.

Com consumidores cada vez mais informados no momento das suas escolhas, a conformidade

dos produtos com normas reconhecidas torna-se essencial. A capacidade de demonstrar conformidade com uma norma é um dos meios para uma organização se diferenciar no mercado cada vez mais competitivo. Os clientes procuram a verificação independente que as normas providenciam, pelo que as marcas de certificação obtidas pelas empresas cujos produtos e práticas passam consistentemente por um exame rigoroso (auditorias) são instantaneamente reconhecíveis e agem como símbolos respeitados de gestão florestal, segurança ou desempenho.

Assim, a certificação florestal FSC®/PEFC® é um ótimo instrumento para:

- | Atrair clientes; pois garante ao comprador que o produto florestal usado tem origem numa floresta gerida de forma responsável e certificada por uma entidade independente que reconhece e acredita.
- | Demonstrar liderança de mercado; o produto certificado FSC®/PEFC® está num outro "campeonato" - ele oferece algo que outro produto não certificado não pode questionar ou competir.
- | Demonstrar preocupação com questões ambientais e sociais; o compromisso em manter e desenvolver práticas responsáveis de gestão florestal, promove a sustentabilidade do ecossistema, resultando em benefícios ambientais e sociais.

AMORIM CORK COMPOSITES (ACC)



Natália Santos | Directora de Qualidade e Ambiente



AMORIM CORK COMPOSITES (ACC) pertence à Corticeira Amorim, pioneira e precursora da indústria da cortiça durante o século XIX, e que representa hoje uma das maiores empresas portuguesas. A Corticeira Amorim detém uma posição de liderança mundial na indústria da cortiça, actividade que constitui ainda hoje o seu principal negócio, agrupado em 4 áreas como rolhas, revestimentos, isolamentos e aglomerados compósitos.

A cortiça não utilizada pela indústria de rolhas é a matéria-prima que utilizamos para o desenvolvimento de um portefólio de materiais destinado a várias indústrias - desde a construção, com soluções termo-acústicas, decoração de casa e escritório, objectos de design e funcionais que aproximam a cortiça do consumidor final, até ao desenvolvimento de materiais para indústrias de alta tecnologia - indústria automóvel, aeronáutica e aeroespacial.

Assumimos o compromisso da Sustentabilidade na forma de um programa interno que visa harmonizar todos os Colaboradores ACC em prol de objetivos estratégicos que nos permitem manter o mais elevado respeito pelo Ambiente, com produtos desenhados a pensar em aplicações e mercados exigentes.

A ACC iniciou o processo de implementação da gestão do sistema de acordo com os requisitos FSC® em Outubro 2004 obteve a certificação.

A principal razão para a ACC se certificar foi a necessidade identificada em mercados e clientes que a condição de colocação de produtos de cortiça no mercado, seria que estes fossem FSC® ou PEFC®.

As principais alterações na ACC decorrentes da implementação dos sistemas:

- | Implementação dos sistemas de gestão de acordo com os referenciais normativos, nomeadamente FSC® e PEFC®;
- | Interface com toda a cadeia de fornecimento de modo a garantir a origem da matéria-prima;
- | Auditorias a fornecedores até à origem da matéria-prima;
- | Constante análise das alterações às normas;
- | Identificação e rastreabilidade dos produtos certificados durante todo o processo produtivo;
- | Demonstração clara e inequívoca do rendimento da transformação da matéria-prima em produto final;

| Controlo quantitativo eficaz, de entradas de matéria-prima certificada e venda de produtos certificados;

| Auditorias internas;

| Auditorias pela entidade certificadora;

| Correto uso das marcas e logotipos FSC® e PEFC®;

| Formação de todos os colaboradores envolvidos.

As principais vantagens que sentimos por estarmos certificados são:

| Imagem da empresa com a preocupação da sustentabilidade da floresta;

| Novos e manutenção de clientes.

RELVAS II - ROLHAS DE CHAMPANHE, S.A.



Emanuel Cabeça | Gestão da Qualidade

Criada nos anos 20 por Américo Coelho Relvas, a empresa Relvas Cortiça S.A. iniciou a sua actividade produzindo pequenas rolhas de cortiça para vinho, líquidos farmacêuticos entre outros produtos similares. Nos anos 30, a empresa

produziu as primeiras rolhas de Champante de duas e de quatro peças em cortiça natural. Na década seguinte a sua reputação, prestígio e notoriedade permitiu-lhe realizar as primeiras exportações. Nos anos 60, os métodos de transformação da cortiça foram evoluindo e inicia-se a transformação de cortiça em granulados e discos de cortiça natural. A colagem do corpo aglomerado aos discos de cortiça (inicialmente com três discos e posteriormente com dois discos) originou a rolha de cortiça aglomerada para vinhos espumantes tal como a conhecemos hoje.

Na década de 90, continuam os investimentos na área da qualidade e o laboratório é dotado de uma pequena cave de produção de espumante. Adicionalmente, com o intuito de melhorar o controlo sobre a matéria-prima, de reforçar a independência e a melhoria da qualidade, a empresa investiu numa unidade de preparação de cortiça em Cortiçadas de Lavre, Alentejo. Em 2010, com o objectivo de acompanhar a crescente exigência dos mercados, a Relvas continua a realizar investimentos na área produtiva de forma a melhorar continuamente as performances do produto tendo implementado nas unidades industriais de Mozelos e de Cortiçadas de Lavre os sistemas de gestão com base nos requisitos definidos nos referenciais SYSTECODE PREMIUM, ISO14001 e ISO22000, materializando desta formas as políticas de excelência que fazem da Relvas uma referência no mercado de rolhas de Champante. Em 2014, a Relvas implementou o sistema de gestão de Cadeia de Custódia (CdC) com base nos requisitos das normas FSC® e PEFC®. A principal motivação para este projecto consistiu na oportunidade em participarmos num modelo de gestão sustentável dos montados podendo

desta forma transmitir a todos os parceiros de negócio uma mensagem clara de confiança e de credibilidade sobre a utilização responsável de recursos naturais.

Para que este sistema fosse implementado, foram necessárias poucas alterações na nossa organização. A integração do sistema de CdC é perfeitamente compatível com outros sistemas de gestão de qualidade (ISO9001), gestão ambiental (ISO14001), gestão da segurança alimentar (ISO22000), entre outros. Por esta razão, a implementação do sistema de CdC não necessitou de grandes investimentos em recursos materiais e humanos.

As vantagens deste projecto traduziram-se de imediato na melhoria dos processos de comunicação entre todas as partes interessadas da cadeia de abastecimentos. O sistema de CdC permitiu ainda melhorar a monitorização de métricas associadas à gestão de matérias primas possibilitando-nos incluir na tomada de decisões critérios estabelecidos com base em aspectos de sustentabilidade social e ambiental.



2| ENQUADRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO E CADEIA DE CUSTÓDIA/RESPONSABILIDADE

2.1 O que é a Certificação de Cadeia de Custódia/Responsabilidade (CdC/CdR)

A Certificação de Cadeia de Custódia permite às empresas rotular os seus produtos Forest Stewardship Council (FSC®) ou Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC®), o que, por sua vez, permite ao consumidor identificar e escolher os produtos que apoiam uma gestão florestal responsável/sustentável.

Ambos os sistemas, FSC® e PEFC®, apresentam dois tipos diferentes de certificação:

I Gestão Florestal, que demonstra que a floresta é administrada ou gerida de forma responsável ou sustentável, em conformidade com os Princípios e Critérios do FSC® ou Critérios e Indicadores do PEFC®, e;

II Cadeia de Custódia/ Responsabilidade, que verifica a rastreabilidade de materiais e produtos certificados, de base florestal, ao longo da cadeia produtiva, desde a floresta, ou no caso dos materiais reciclados, desde o local de recolha, até ao consumidor final. Aplica-se a fabricantes, transformadores e comerciantes de produtos florestais certificados.

O sistema Cadeia de Custódia/Responsabilidade de uma empresa traduz-se num conjunto de registos de informação sobre o percurso dos produtos desde a floresta, ou, no caso dos materiais reciclados, desde o local de recolha, até ao consumidor. (Figura 1)

2.2 Os sistemas FSC® e PEFC®

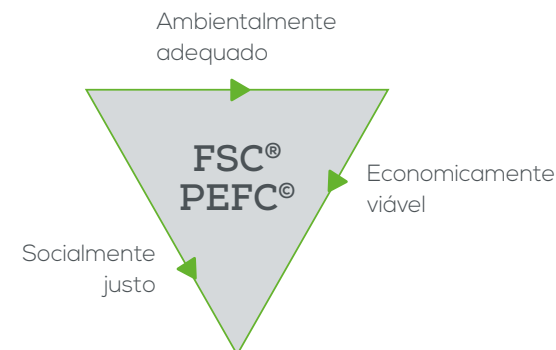
Os dois principais sistemas de certificação florestal reconhecidos internacionalmente são o FSC® e o PEFC®, que têm por objetivo assegurar uma gestão responsável e sustentável da floresta, onde as funções económicas, ambientais e sociais são igualmente salvaguardadas.

Os sistemas são geridos a nível mundial por organizações não-governamentais sem fins lucrativos dedicadas a promover a Gestão Florestal Responsável/Sustentável e sua certificação por entidades certificadoras/organismos de certificação, respectivamente quando se trata do sistema FSC® e PEFC®.

CdC/CdR



Figura 1: Cadeia de Custódia/Responsabilidade



O **FSC®** fundado no Canadá em 1993, com a missão de promover uma gestão das florestas mundiais que fosse ambientalmente responsável, socialmente benéfica e economicamente viável, através da definição e implementação de Princípios e Critérios de Gestão Florestal reconhecidos e respeitados mundialmente.

Em Portugal, o representante é a Associação para uma Gestão Florestal Responsável (AGFR), uma organização sem fins lucrativos constituída nos finais de 2007 (<http://pt.fsc.org/>).

O **PEFC®**, fundado na Europa em 1999 por organizações nacionais de onze países com o objectivo de promover a gestão sustentável das florestas, com base nos Critérios Pan-Europeus para uma Gestão Florestal Sustentável. O PEFC® funciona através do reconhecimento de esquemas de certificação florestal nacionais, desenvolvidos por via de processos que envolvem múltiplas partes interessadas e adaptados às condições e prioridades locais.

Em Portugal, o representante é o Conselho da Fileira Florestal Portuguesa, uma associação sem fins lucrativos de iniciativa privada, formalmente constituída em 2001 (<http://www.pefc.pt/>).

2.3 A quem se destina a CdC/CdR

A certificação de CdC/CdR destina-se a qualquer empresa que procure demonstrar que o seu negócio contribui positivamente para a manutenção e melhoria da floresta, estabelecendo uma política de compras de matéria-prima/produtos de base florestal em conformidade, nomeadamente:

Organizações que processam/transformam produtos de base florestal: qualquer unidade industrial responsável por uma ou várias etapas de transformação/processamento de produtos de base florestal certificados e que pretenda comercializá-los como certificados. Alguns exemplos: indústrias de rolhas ou materiais de construção, entre outras.

Organizações que comercializam produtos florestais certificados: sempre que uma empresa detenha a posse legal sobre um produto, independentemente de não ter posse física do mesmo. Alguns exemplos: distribuidores ou retalhistas.

A **Norma** aplica-se durante a totalidade do período de propriedade legal do produto (desde a compra até à venda) e a todas as fases de processamento do produto.



RASTREABILIDADE



Para assegurar a rastreabilidade, qualquer mudança de propriedade dentro da cadeia produtiva requer que as organizações envolvidas estabeleçam um sistema de CdC/CdR e que este seja verificado por Entidades Certificadoras/Organismos de Certificação.

2.4 As normas FSC® e PEFC®

As normas FSC® e PEFC® são documentos de referência desenvolvidos com base em processos e orientações multisectoriais, internacionalmente reconhecidos, de forma a garantir o cumprimento dos requisitos acordados à escala mundial. As normas são revistas periodicamente e sujeitas a consultas públicas.

Cada um dos sistemas, FSC® e PEFC®, tem os seus próprios referenciais normativos de CdC/CdR, de aplicação internacional, que se encontram disponíveis nos sítios do FSC¹ e do PEFC².

As normas especificam, os requisitos de gestão e de produção, para a CdC/CdR de controle a respeito da aquisição, rotulagem (quando aplicável) e venda de produtos como FSC® ou PEFC® certificada, proporcionando assim uma gama de opções para fazer alegações de certificação. O principal documento normativo que enquadra a implementação de Cadeia de Custódia pelo Forest Stewardship Council (FSC®) é a norma FSC-STD-40-004 que pode ser combinada com normas complementares de acordo com o âmbito de aplicação do certificado da organização (ver figura 2).

MAPA DAS NORMAS DE CADEIA DE CUSTÓDIA FSC®

FSC-STD-40-004 Certificação de Cadeia Custódia			Adenda FSC-STD-40-004a Classificação de Produto
NORMAS E POLÍTICAS COMPLEMENTARES			OUTROS DOCUMENTOS NORMATIVOS
FSC-STD-01-002 Glossário de Termos	FSC-POL-40-002 Certificação de Grupo	FSC-STD-40-003 Multisite	Directivas FSC-DIR-40-###
FSC-STD-40-005 Madeira Controlada	FSC-STD-40-007 Material Recuperado	FSC-STD-50-001 Uso da Marca Registrada	Guias FSC-GUI-40-###
			Procedimentos FSC-PRO-40-###

As versões dos documentos FSC®, em vigor, podem ser consultadas em "Document Catalogue" no sítio do FSC® (<https://ic.fsc.org/requirements-guidance.105.htm>).

Os documentos normativos do PEFC® que enquadram a implementação de Cadeia de Responsabilidade são:

| PEFC ST 2002:2013 Chain of Custody of Forest Based Products – Requirements (inclui os requisitos do sistema de diligência devida para alegações sobre origens controladas PEFC® e os requisitos para aplicação de cadeia de responsabilidade a empresas multisite)
PEFC ST 2001:2008 Logo Use Rules.
PEFC GD 2001:2014 Chain of Custody of Forest Based Products – Guidance for Use

Figura 2: Mapa das Normas de Cadeia de Custódia FSC®
(fonte: FSC-STD-40-004 V2-1 EN)

A lista de documentos técnicos PEFC® em vigor deve ser consultada com regularidade em "Technical Documentation" no sítio do PEFC® (<http://www.pefc.org/resources/technical-documentation>).

¹ www.fsc.org

² www.pefc.org

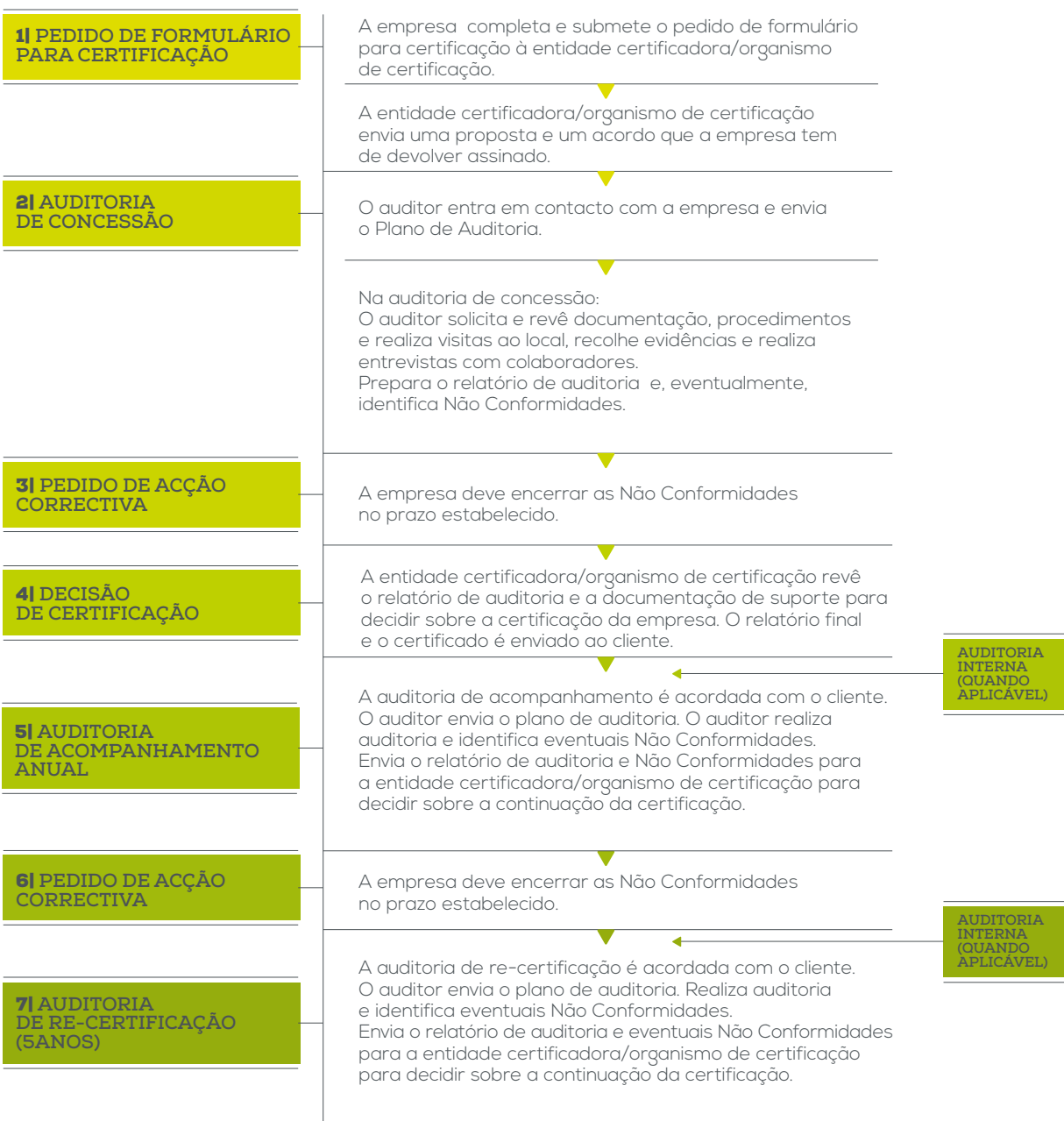


2.5 As etapas para obter a certificação

As etapas para se obter e manter a certificação do sistema de CdC/CdR são semelhantes para os dois sistemas, FSC® e PEFC®.

O tempo para a sua implementação depende essencialmente do esforço (tempo e recursos humanos) que a empresa aloca a este processo e o tempo de resposta por parte das entidades certificadoras acreditadas para emitir a decisão de certificação e o certificado de conformidade.

Figura 3: Etapas da Certificação



2.6 Os benefícios da Certificação

A certificação florestal é um instrumento no mercado mundial de produtos de base florestal e cujas principais vantagens podem dividir-se em 3 vertentes:

| Possibilidade da empresa responder às exigências dos **Mercados** actuais e criação de novas possibilidades de negócio, associado à confiança que estes sistemas oferecem sobre a legalidade na origem da matéria-prima;

| A certificação CdC/CdR oferece garantias no que diz respeito à rastreabilidade e à implementação de um sistema de gestão com a subscrição de compromissos de responsabilidade social e ambiental que fortalecem a **Imagem Institucional** junto dos clientes;

| A comercialização de **Produtos** com um rótulo reconhecido internacionalmente, associado a mensagens claras e transparentes, traduzem confiança no consumidor.

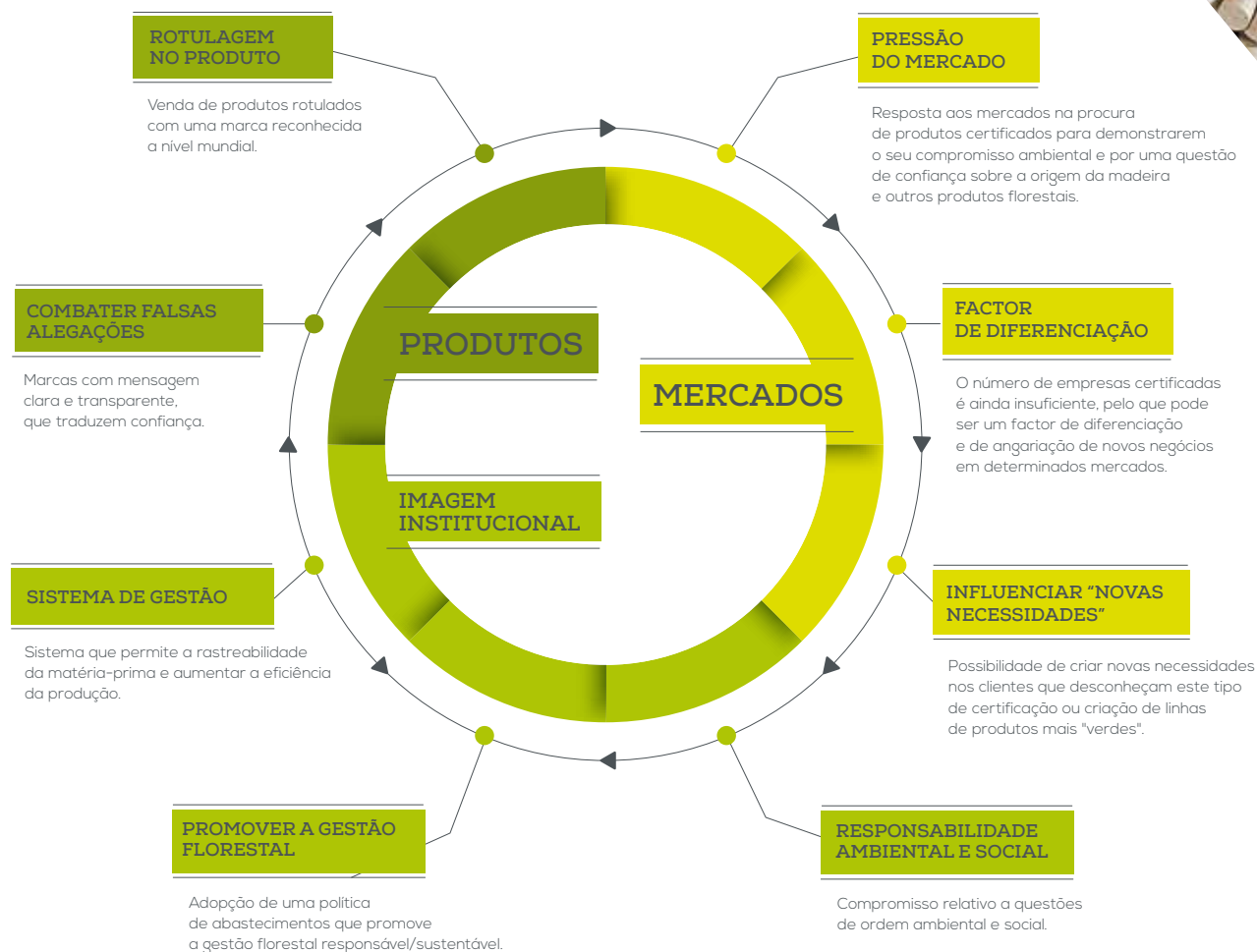


Figura 4: Vantagens da Certificação de Custódia/Responsabilidade

2.7 Os custos da certificação

Os custos de certificação de CdC/CdR podem ser divididos em directos e indirectos.

Os **custos directos** são aqueles decorrentes do processo de certificação e das auditorias:

| Auditoria de Certificação – inclui o tempo dedicado ao trabalho administrativo e técnico de verificação de conformidade, despesas da equipa auditora, bem como o pagamento de taxas de certificação aos sistemas FSC® e PEFC®.

Os custos são influenciados pela dimensão e complexidade da empresa.

| Auditoria de Acompanhamento – anualmente, deve ser efetuada pelo menos uma avaliação de acompanhamento.

Os **custos indirectos** são aqueles associados à adequação do sistema de produção aos requisitos das normas de CdC/CdR. Ou seja, são os custos referentes às melhorias necessárias para assegurar a rastreabilidade da matéria-prima/ produtos certificados, nomeadamente no que diz respeito à formação, à alocação de recursos humanos, adaptação dos processos internos para assegurar o cumprimento dos requisitos da Norma CdC/CdR. Os valores associados a estes custos podem variar, de acordo com o nível de organização da empresa antes de solicitar a certificação.



3| IMPLEMENTAÇÃO DA NORMA DE CdC/CdR

3.1 O Sistema de CdC/CdR

A implementação de um sistema de CdC/CdR numa empresa tem por objetivo assegurar que é mantida a rastreabilidade da matéria-prima/ produtos certificados, sendo que, para tal, a empresa deve introduzir as melhorias necessárias de forma a adequar o seu sistema de produção aos requisitos das normas de CdC/CdR. A empresa deve conseguir demonstrar:

- | A quem comprou o produto?
- | O que aconteceu ao produto durante a posse legal da empresa?
- | A quem vendeu o produto finalizado?
- | Como organiza, documenta e monitoriza o seu sistema CdC/CdR?



Figura 5: Fluxograma do Sistema de Cadeia de Custódia/Responsabilidade



FASES CdC/CdR	IDENTIFICAÇÃO SUMÁRIA DOS REQUISITOS A TER EM CONTA EM CADA FASE DA CdC/CdR	REQUISITOS	
		FSC - STD - 40 - 004,2.1	PEFC ST 2002:2013
ÂMBITO	A empresa deve estabelecer o âmbito do certificado de CdC/CdR, enquadrar a actividade, os produtos e as actividades subcontratadas no seio da CdC/CdR implementada. Alguma desta informação é pública e está disponível nos sítios do PEFC® e FSC®.	2	6.8
SISTEMA DE GESTÃO	A empresa deve estabelecer um sistema de gestão com a definição de procedimentos internos de forma a assegurar a correcta implementação e manutenção de CdC/CdR. O sistema de gestão inclui a identificação de responsabilidades, formação e capacitação de colaboradores, assegurar requisitos de higiene e segurança no trabalho e definir procedimentos e registos.	1	8.9
ABASTECIMENTO	A empresa deve estabelecer procedimentos de identificação e verificação na aquisição de matéria-prima, nomeadamente o tipo e a categoria de materiais dos potenciais fornecedores. A identificação da tipologia de matéria-prima que pode ser adquirida é efectuada em dois passos: (i) a identificação ao nível do fornecedor, e (ii) a identificação ao nível do tipo e categoria de matéria-prima.	3	4 e 5
RECEPÇÃO	A empresa deve, para cada entrega de matéria-prima, identificar e verificar o tipo e a categoria da matéria-prima, com base em documentação do fornecedor, nomeadamente na documentação associada à venda e/ou transporte.	4	4
ARMAZENAMENTO	A empresa deve assegurar a segregação das matérias-primas e produtos, de acordo com a metodologia de controlo de alegações inicialmente adoptadas.	4,12	6
PRODUÇÃO	A empresa deve optar por utilizar métodos de controlo de alegações definidos pelas normas de CdC/CdR que melhor se adequem ao seu fluxo de matéria-prima, mas também com base nas suas necessidades de comunicação, marketing ou pedidos específicos de cliente. Ao longo das actividades relacionadas com a produção, a empresa deve controlar as quantidades de compra e venda, a definição e controlo dos factores de conversão, bem como as regras de rotulagem do produto.	5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12	6 e 8
VENDAS E ENTREGAS	A empresa tem de assegurar a correcta identificação dos produtos vendidos, e respectiva alegação, nos documentos de venda e/ou transporte.	6	7

Tabela 1: Os requisitos normativos de Cadeia de Custódia /Responsabilidade

3.2 Métodos de CdC/CdR

Neste capítulo, abordam-se os métodos de controlo das alegações FSC® e PEFC® nos produtos (output), um dos requisitos das normas de cadeia de CdC/CdR. Devido à importância e complexidade técnica deste capítulo, analisa-se com algum pormenor este assunto exemplificando ao nível da cadeia produtiva que métodos de controlo se poderão usar e concretiza-se através de alguns exemplos.

Os métodos reconhecidos pelos sistemas FSC®/PEFC® são:

PEFC®	FSC®
Método da Separação Física (6.2 - PEFC ST 2002:2013)	Método da Transferência (7-FSC-STD -40-004, v2.1)
Método das Percentagens (6.3 - PEFC ST 2002:2013)	Método de Percentagens (8-FSC-STD -40-004, v2.1)
	Método dos Créditos (9-FSC-STD -40-004, v2.1)

A figura 6 exemplifica uma cadeia produtiva da fileira da cortiça, indicando possíveis métodos de controlo de alegações que poderão ser utilizados.



Figura 6: Exemplo de métodos aplicáveis ao longo da cadeia produtiva da cortiça.

Método da Transferência FSC® ou Separação Física PEFC®

Este método de controlo aplica-se a empresas que separam a matéria-prima certificada e não certificada. Para assegurar a segregação das matérias primas pode recorrer-se a: i) locais diferenciados; ii) definição de tempos de produção diferenciados ou; iii) identificação física. Neste

método de controlo, caso haja mistura de vários tipos de matéria-prima certificada considera-se a alegação mais baixa de uma componente do produto.

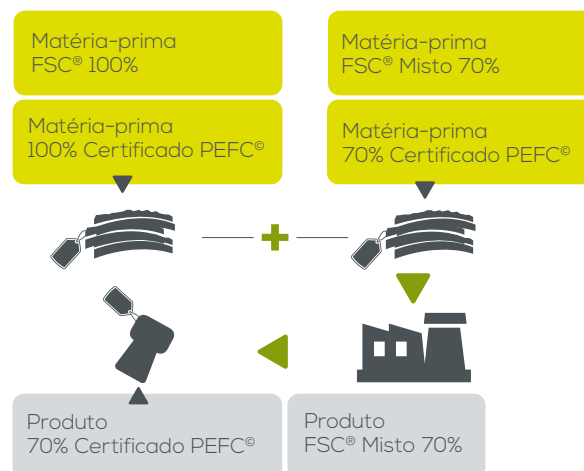
Cenário 1: Um único tipo de matéria-prima certificada

A alegação da matéria-prima transfere-se para o produto.



Cenário 2: Vários tipos de matéria-prima certificada

Para este caso, prevalece a alegação mais baixa da matéria-prima. Neste exemplo, a alegação final do produto é FSC® Mix 70% ou 70% certificado PEFC®, elegível para rotulagem.



Método da Percentagem FSC®/Percentagem PEFC®

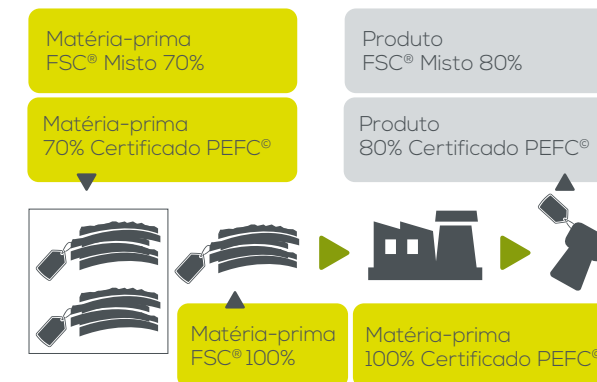
Este método é recomendado para empresas que utilizam matéria-prima certificada e controlada para um processo específico de produção. Com este método, a alegação do produto considera a percentagem de certificação da matéria-prima na entrada do processo. A fórmula de cálculo é:

$$\text{Percentagem de certificação (PC)} = \left[\frac{\text{volume de matéria-prima certificada (Vc)}}{\text{Volume de matéria-prima certificada (Vc)} + \text{volume de matéria prima controlada (V0)}} \right] \times 100.$$

Cenário 3: Vários tipos de matéria-prima certificada

Neste exemplo, tem-se duas unidades de matéria-prima "FSC® Misto 70%" ou "70% certificado PEFC®" e uma unidade de "FSC® 100%" ou "100% certificado PEFC®". Durante o processo misturam-se os materiais e a percentagem que se obtém no produto final é a razão entre a quantidade de matéria-prima certificada em 100% (1) e 70% (2) sobre o total de matéria-prima. Ou seja:

$$\frac{1 \times (1) + 2 \times (0.7)}{(1 + 1.4)} = 0.8 = 80\%$$



Cenário 4: Vários tipos de matéria-prima (certificada e controlada)

Neste exemplo, tem-se uma unidade de matéria-prima "FSC® Misto 70%" ou "70% certificado PEFC®", uma unidade de "FSC® 100%" ou "100% certificado PEFC®" e uma unidade "Madeira Controlada FSC®". Durante o processo misturam-se os materiais e a percentagem que se obtém no produto final é a razão entre a quantidade de matéria-prima certificado em 100% (1), 70% (1) e FSC® CW ou OC PEFC® sobre o total de matéria-prima. Ou seja:

$$\frac{1 \times (1) + 1 \times (0.7) + 1 \times (0)}{1 + 0.7 + 1} = 0.56 = 56\%$$



Como a percentagem de certificação é inferior a 70% o produto não pode ser rotulado.

Método dos Créditos FSC® / Métodos das percentagens PEFC® (crédito em quantidade)

Com o método dos créditos uma proporção das vendas podem-se vender como certificada segundo a quantidade de entradas certificadas em todo o processo produtivo. Estas entradas podem-se acumular como "créditos" segundo determinadas regras. O resto do produto pode-se vender como "Madeira Controlada FSC®" ou "Origens controladas PEFC®".

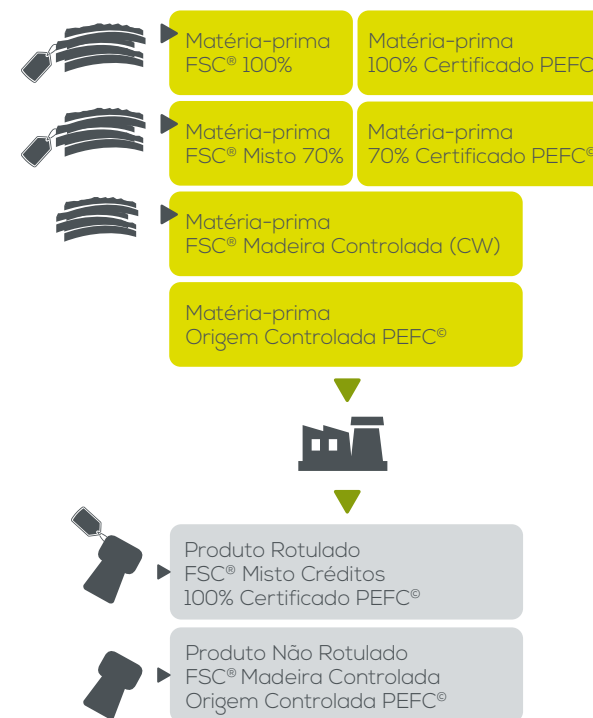
Cenário 5: Vários tipos de matéria-prima (certificada e controlada)

Neste exemplo, tem-se uma unidade de matéria-prima "FSC® Misto 70%" ou "70% certificado PEFC®", uma unidade de "FSC® 100%" ou "100% certificado PEFC®" e uma unidade "Madeira Controlada FSC®" ou "Origem Controlada PEFC®". Ou seja:

$$1 \times (1) + 1 \times (0.7) + 1 \times (0) = 2.7$$

unidades FSC® Crédito Misto
ou 100% certificado PEFC®
 $3 - 2.7 = 0.3$ unidades
FSC® CW ou OC PEFC®

Os créditos dos produtos podem etiquetar-se como FSC® Misto Crédito ou 100% certificado PEFC® e os restantes podem vender-se como Madeira Controlada FSC ou Origem Controlada PEFC®.



3.3 Madeira controlada FSC®/ Sistema de Diligência Devida PEFC®

Os termos “Madeira Controlada FSC®” ou “Origem Controlada PEFC®” surgiram do crescimento do número de certificados pelos sistemas de CdC/CdR não ter sido acompanhado por um aumento semelhante das áreas florestais certificadas, condicionando a indústria florestal de transformação e comercialização de produtos com certificação FSC® ou PEFC®.⁵

A alegação “Madeira Controlada FSC®” define e exclui da mesma, o que pode ser considerado como fontes inaceitáveis de matéria prima, designadamente:

- Madeira explorada ilegalmente;
- Madeira explorada em violação de direitos civis e tradicionais;
- Madeira explorada em florestas nas quais os Altos Valores de Conservação são ameaçados pelas actividades de gestão;
- Madeira explorada em florestas em processo de conversão para plantações ou para usos não florestal;
- Madeira proveniente de florestas nas quais são plantadas árvores geneticamente modificadas.

A alegação: “Origem Controlada PEFC®” pode ser utilizada em todos os produtos para os quais foi implementado o Sistema de Diligência Devida (DDS)⁴ do PEFC®, demonstrando assim que a entidade exerceu a “diligência devida”, ou seja, cumpriram um conjunto de passos descritos na Figura 7.

Considerando que o sistema de Diligência Devida do PEFC® está em linha com os requisitos do Regulamento Europeu da Madeira (EUTR), as empresas certificadas CdR PEFC® podem também demonstrar a conformidade do produto com o EUTR. Ao implementarem o sistema DDS, as empresas certificadas podem colocar a alegação “Origem Controlada” PEFC® em produtos constituídos por material não certificado PEFC®, desde que os produtos estejam abrangidos pela Cadeia de Responsabilidade. Os requisitos normativos do FSC® e do PEFC® que possibilitam a incorporação de material de origem controlada em produtos certificados estão descritos em FSC-STD-40 005 v2.1 e no Capítulo 5 do PEFC® ST 2002:2013, e baseiam-se genericamente num conjunto de 4 passos:



Figura 7: Correspondência entre os requisitos para aquisição de Madeira Controlada no âmbito do FSC®, Sistema de Diligência Devida no âmbito do PEFC® e EUTR

⁴ O Sistema de Diligência Devida (DDS) inclui os três elementos seguintes:

- 1** Informação: as empresas devem ter acesso a informação que especifique a madeira e os produtos de madeira, o País de extração, as espécies, as quantidades, detalhes sobre o fornecedor e informação sobre conformidade com legislação nacional.
- 2** Avaliação de risco: com base na informação fornecida e nos critérios estabelecidos no EUTR, as empresas devem avaliar o risco de madeira ilegal na sua cadeia de abastecimento. Os abastecimentos com risco “desprezível” poderão continuar a ser comercializados.
- 3** Mitigação de risco: Em caso de risco “não desprezível” dos produtos de madeira serem ilegais, as medidas de mitigação podem efetivamente minimizar o risco. As medidas podem variar entre exigir informação adicional aos fornecedores e/ou solicitar ao fornecedor a obtenção da certificação florestal.

A certificação florestal e a legislação europeia de comércio da madeira

No âmbito do plano de ação da União Europeia relativo à aplicação da legislação, à governação e ao comércio no sector florestal, foram criados mecanismos europeus específicos com o objectivo de combater a entrada no mercado da madeira abatida ilegalmente, bem como o seu subsequente consumo.

O Regulamento (UE) n.º 995/2010, também designado como Regulamento Europeu de Madeira (EUTR), proíbe a colocação no mercado interno de madeira extraída ilegalmente ou dos seus produtos derivados. No entanto, dada a complexidade da exploração madeireira ilegal e as suas causas e impacto, as medidas específicas tomadas neste Regulamento centram-se na atuação dos operadores, estabelecendo, nomeadamente,

a obrigação destes adoptarem e cumprirem um sistema de diligência devida. Adicionalmente, os comerciantes que fazem parte da cadeia produtiva são também obrigados a prestar informações de base sobre os seus fornecedores e compradores, a fim de permitir a rastreabilidade da madeira e dos seus produtos derivados.

O sistema da diligência devida compreende três elementos inerentes à gestão do risco: o acesso às informações, a avaliação do risco e a diminuição do risco identificado. Os procedimentos de avaliação do risco, podem incluir a certificação ou outros sistemas de verificação por terceiros que abrangam o cumprimento da legislação aplicável. Neste sentido, os sistemas credíveis de certificação florestal, como o PEFC® e/ou FSC®, podem apoiar as empresas certificadas a demonstrarem o cumprimento dos requisitos do Regulamento Europeu da Madeira.

3.4 Certificação de Grupo e Multisite

Os níveis de certificação de CdC/CdR são:

Individual | Aplicável a uma empresa, cuja produção se realiza apenas num local;

Multisite | Destinado à certificação de grandes empresas que estão ligadas por parcerias ou acordos legais/contratuais. Este modelo torna a certificação mais fácil e mais barata para grandes empresas que conseguem beneficiar de uma administração centralizada e da gestão interna com o objectivo de obter a certificação FSC® e/ou PEFC®;

Grupo | É um caso específico do multisite, aplicável a um conjunto de empresas independentes que, por formarem um grupo, conseguem ter acesso facilitado à certificação CdC/CdR dividindo os custos da certificação e beneficiando do suporte e controle técnico realizados por uma Entidade Gestora. Os dois sistemas de certificação, FSC® e PEFC®, têm regras definidas para a aceitação de membros (Tabela 2).

PEFC®	FSC®
i) ≤ 50 Empregados (a tempo inteiro) e ii) Volume de negócios ≤ 9.000.000 CHF, ou equivalente. Participação de locais que estão domiciliados num único país.	≤ 15 Empregados (que trabalhem em tempo integral); ou ≤ 25 Empregados (trabalhando em tempo integral) e um rendimento anual ≤ US\$ 1.000.000,00. Todos os locais participantes devem estar localizados no mesmo país da empresa que possui o certificado.

Tabela 2: Regras definidas pelos sistemas para aceitar membros de certificação de Grupo de CdC/CdR

4| FAQ's

FAQ's FSC®

QUEM NECESSITA DE TER CERTIFICAÇÃO Cdc

1| Q: Não manipulo os produtos, preciso de obter a certificação de Cadeia de Custódia?

R: Sim, se assumir a propriedade legal dos produtos e emitir facturas aos seus clientes.

ROTULAGEM DO PRODUTO

2| Q: Todos os nossos produtos têm de ser certificados FSC®?

R: Não, mas deve assegurar-se de que os produtos não se misturam inadvertidamente.

3| Q: Temos de colocar um rótulo FSC® nos nossos produtos?

R: Não, mas eles devem ser vendidos com a alegação FSC® correcta nos documentos de venda. Produtos, como pranchas de cortiça, muitas vezes não são rotulados.

4| Q: Todos os componentes do meu produto precisam de ser certificados?

R: Todos os componentes de um produto, que sejam feitos ou que contenham materiais de base florestal, que são incorporados no produto para cumprir necessidades específicas dos consumidores devem ser certificados. Componentes de base florestal que têm funções secundárias no produto (por exemplo, para o transporte, protecção, etc.) não precisam ser certificadas a menos que estas sejam adicionadas ao produto com um propósito funcional (por exemplo, se o funcionamento do produto ficar comprometido pela remoção deste componente secundário), então, esta componente também precisa de ser certificada.

EXEMPLOS DE PRODUTOS	QUE COMPONENTES DO PRODUTO PRECISAM DE SER CERTIFICADOS	
Fósforos e Caixas de Fósforos	Fósforos	Sim
	Caixas de fósforos	Opcional
	Racional: Os fósforos e a caixa de fósforos são componentes distintas podem ser certificados de forma independente quando a declaração do rótulo FSC® for suficientemente para evitar má interpretação. No entanto, se os fósforos e as caixas de fósforos forem feitos com o mesmo material (por exemplo, papel), ambos deverão ser certificados, e levar o selo FSC®.	
	Componentes de papel, madeira e cortiça	Sim
Jogos	Manual de instruções	Opcional
	Embalagem	Opcional
	Racional: Os componentes de madeira e do papel do jogo têm uma finalidade funcional e consequentemente precisam de ser certificados. No entanto, é possível uma abordagem mais flexível desde que se coloque a declaração apropriada no rótulo FSC®. Por exemplo, quando apenas os componentes de madeira são certificados, o selo do FSC® deve conter a declaração de "madeira" e os componentes de papel não precisam ser certificados, ou vice-versa. O manual e a embalagem não são componentes do produto e por essa razão não precisam ser certificados.	
	Capa	Sim
Livros	Folhas no interior	Sim
	Capas exteriores	Opcional
	Banda envolvente	Opcional
	Racional: A capa e as folhas do interior são necessários para a função do produto, e por esse motivo devem ser certificados. Itens adicionais: como sobrecapas, capas de deslizamento e banda envolvente não são necessários para a função do produto e, portanto, não precisam ser certificadas.	

5| Q: Quando um produto é rotulado FSC®, pode ter rótulos de outros sistemas de certificação florestal?

R: Não, o produto não pode ter rótulos de outros sistemas de certificação florestal. Não seria permitido ter rótulo duplo num produto, por exemplo. No entanto, em publicações rotuladas com FSC®, como revistas ou material publicitário impresso, as marcas de outros sistemas de certificação podem ser utilizadas para a promoção de produtos ou fins educacionais, desde que não haja declarações sobre o papel da publicação certificada com o outro esquema de certificação.

6| Q: Pode ser usada a mini etiqueta num formato maior, sem o texto da etiqueta padrão, numa rolha de vinho, mesmo que haja espaço suficiente para incluir o rótulo padrão?

R: Sim, é possível o uso de mini etiqueta num formato maior em vez do rótulo padrão numa rolha de vinho, quando for tecnicamente difícil produzir texto padrão legível no rótulo.

MÉTODOS DE CONTROLO DE ALEGAÇÕES

7| Q: O material certificado PEFC® é elegível para ser utilizado em grupos de produtos FSC® como FSC® certificado ou FSC® Madeira Controlada?

R: Não. O material certificado pelo PEFC® não é aceite como entrada certificada FSC® e não cumpre automaticamente os requisitos da norma de Madeira Controlada FSC®. Portanto, o material certificado PEFC® é classificado como entrada não certificada FSC® e devem respeitar-se os requisitos da norma da Madeira Controlada FSC® antes do uso em grupos de produtos FSC®.

8| Q: É aceitável definir os grupos de produtos, no sistema de crédito, por alegação FSC® e por tipo de produto, sem ter em conta características dos materiais de entrada?

R: Não, os grupos de produtos no âmbito do sistema de crédito devem partilhar características de entrada e saída semelhantes, em termos de qualidade e factor de conversão (FSC-STD-40-004 Cláusula 2.1.3 e "Termos e Definições").

O termo "qualidade" representa características em termos de espécies, composição/especificações ou valor das matérias. Isso significa que os produtos que contêm entradas de qualidade diferente (por exemplo, placas de aglomerado e madeira serrada) e/ou com diferentes factores de conversão (por exemplo, madeira maciça e porta composta) não podem ser combinadas no mesmo grupo de produtos. Os créditos dos materiais de uma determinada qualidade (por exemplo, placa de aglomerado) não podem ser transferidos para materiais de qualidade diferente (por exemplo, folha de madeira). Assim, o sistema de crédito não é aplicável para a produção de produtos constituídos por materiais de diferentes qualidades, a menos que a entidade estabeleça contas de crédito separadas para cada um dos materiais de entrada.

INFORMAÇÕES NA DOCUMENTAÇÃO DE TRANSACÇÃO

9| Q: É aceitável que um produto vendido com alegações FSC® também contenha alegações de outros sistemas de conformidade florestal nos documentos de venda e transporte?

R: Sim. As normas de cadeia de custódia FSC® e de uso de marca registrada apenas apresentam restrições para o uso do rótulo FSC® nos produtos juntamente com rótulos de outros sistemas de conformidade florestal.

No entanto, essas restrições não se aplicam para a identificação de documentos de venda e transporte. Neste caso, as alegações FSC e referência a outros sistemas de certificação não devem ser misturadas. Todos os elementos da alegação FSC® devem ser compreensíveis e facilmente identificáveis.

SUBCONTRATAÇÃO

10| Q: Os requisitos de subcontratação FSC® são aplicáveis quando um subcontratado executa uma operação de dimensionamento, que está localizado na propriedade da entidade certificada FSC®?

R: Não, requisitos de subcontratação só são aplicáveis quando o subcontratante toma posse física de material certificado FSC® fora da entidade certificada por este sistema. Se uma actividade subcontratada ocorre no local da empresa certificada FSC®, então a actividade deve ser incluída no âmbito do certificado e avaliados como parte da auditoria CdC da empresa.

11| Q: Uma empresa que não é certificada pelo FSC® que realiza parte de um dos nossos processos de transformação – ela também precisa de certificação de Cadeia de Custódia?

R: Se quiser que uma outra empresa realize parte do processo, como por exemplo o tratamento de madeira ou de acabamento de impressão de rolhas, eles podem ser incluídos no âmbito do seu certificado de Cadeia de Custódia, desde que mantenha a propriedade dos produtos em todo o processo. Os produtos não têm que voltar para si antes da entrega ao cliente. Terá de contactar com a sua entidade certificadora para incluir as empresas subcontratadas no âmbito do seu certificado.

FAQ's PEFC®

QUEM NECESSITA DE TER CERTIFICAÇÃO CdR

1| Q: Numa cadeia de responsabilidade PEFC®, se estiverem envolvidos intermediários entre o fornecedor (por exemplo, fábrica de papel) e o cliente (por exemplo, gráfica) e se esses intermediários (por exemplo: comerciantes) só estiverem envolvidos na documentação e transacção, mas não envolvidos com os próprios bens (sendo os produtos transportados directamente do fornecedor para o cliente), os intermediários devem ter a Cadeia de Responsabilidade certificada?

R: A empresa (tal como referido no ponto 3.18 do PEFC ST 2002: 2013) deve decidir e ser capaz de identificar claramente quem é o fornecedor de uma entrega específica. O fornecedor do material/produto certificado PEFC® deve fornecer à entidade a documentação de entrega que cumpra os requisitos.

A gráfica (como entidade) pode considerar a fábrica de papel, como fornecedora de material certificado PEFC®, quando o material é entregue directamente à gráfica e é acompanhado da documentação de entrega (por exemplo, a guia de transporte) que indica claramente a fábrica de papel como sendo o fornecedor da entrega e a gráfica como o cliente da entrega.

A documentação de entrega deve incluir todas as informações exigidas pelo requisito 4.1 da Norma PEFC®.

INFORMAÇÕES NA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA À VENDA

2| Q: Como resposta ao requisito que obriga a ter uma cópia dos certificados dos fornecedores, ou ter acesso a eles, é suficiente procurar os fornecedores na base de dados de certificados PEFC®?

R: A base de dados do PEFC® (disponível em <http://www.pefc.org/find-certified/certified-certificates>) permite a consulta de algumas informações dos certificados Cadeia de Responsabilidade mas não inclui cópias dos certificados e, como tal, não satisfaz o requisito de ter acesso a uma cópia do certificado.²

3| Q: O número de licença do logótipo PEFC® pode ser utilizado em vez do número do certificado na documentação associada à venda e/ou transporte?

R: Não. O número da licença emitido pelo PEFC® Portugal refere-se ao direito de uma entidade poder usar o Logo PEFC® e não ao facto da entidade possuir a certificação válida.³

MÉTODOS DE CONTROLO DE ALEGAÇÕES

4| Q: Ao utilizar o método "do limite mínimo" (> 70%), que alegação deve ser colocada na documentação associada à venda e/ou transporte?

R: "70% Certificado PEFC®".

5| Q: É possível misturar um lote com uma componente de material certificado, outra de material neutro e outra de material de Origem Controlada PEFC® e fazer uma alegação de certificação?

R: Sim. O grupo de produtos está associado a um tipo único de produtos ou um grupo de produtos produzidos com o mesmo material de entrada, ou seja todos os produtos num grupo de produtos incluem o mesmo material de entrada, mas isso não significa que o produto tenha necessariamente de incluir apenas um tipo de material de entrada.

SUBCONTRATAÇÃO

6| Q: A subcontratação no âmbito de Cadeia de Responsabilidade, poderá incluir processos nos quais os produtos não voltam para as instalações da empresa certificada?

R: A subcontratação abrange a situação em que o subcontratado recebe o material directamente do fornecedor em nome da empresa, ou envia directamente para o cliente em nome da empresa (nota 2, 8.8.2 do PEFC ST 2002: 2013). No entanto, o subcontratado não pode ser responsável pela aquisição ou venda de produtos.⁴

SISTEMA DE DILIGÊNCIA DEVIDA

7| Q: Como se pode demonstrar que os materiais de entrada não provêm de florestas convertidas para outro tipo de vegetação?

R: A empresa deve receber as provas dos seus fornecedores de que o material não provém de conversões florestais, no âmbito do seu Sistema de Diligência Devida (Capítulo 5 do PEFC® ST 2002: 2013).

A norma Cadeia de Responsabilidade PEFC® ST 2002:2013 proíbe a entrada de material a partir da conversão de florestas primárias em plantações.

² A cópia do certificado pode ser feita através de meios electrónicos e em formato digital.

³ São obrigatórias as seguintes informações: a identificação do cliente e do fornecedor, a identificação e quantidade entregue por cada produto abrangido, a data da entrega, a alegação formal sobre a categoria do material (incluindo a percentagem de material certificado), a identificação do certificado Cadeia de Responsabilidade do fornecedor (ou outro documento que confirme o estado do certificado do fornecedor). A utilização do logótipo PEFC® na documentação associado à venda não é obrigatória.

⁴ A empresa permanece responsável por todas as partes de Cadeia de Responsabilidade incluindo os requisitos de aquisição de material, comunicação e venda.

8| Q: Como se pode demonstrar que uma empresa implementa o Sistema de Diligência Devida, obrigatório pelo Regulamento Europeu da Madeira?

R: Uma empresa com certificação Cadeia de Responsabilidade PEFC® pode comunicar a implementação do Sistema de Diligência Devida PEFC®, através da alegação “Origem Controlada PEFC®” na documentação associada à venda, e assim reforçar a comunicação com o cliente do cumprimento da legislação Europeia do Comércio da Madeira (EUTR).

SISTEMA DE GESTÃO

9| Q: Quanto aos requisitos acerca da realização de auditorias, numa empresa multisite é obrigatória a auditoria de cada local anualmente ou aceita-se uma amostragem?

R: A norma Cadeia de Responsabilidade PEFC® ST 2002: 2013 (Apêndice 2, capítulo 3.2) obriga à realização de uma auditoria interna anual no local a todos os locais. O programa de auditorias internas da empresa deve ainda abranger as actividades dos subcontratados. Quanto às auditorias externas, realizadas pelas entidades certificadoras/organismos de certificação, deve ser efectuada uma amostragem de acordo com o descrito no documento PEFC ST 2003:2012 – Requirements for Certification Bodies operating Certification against the PEFC® International Chain of Custody Standard.

UTILIZAÇÃO DO LOGÓTIPO

10| Q: Se um produto contém entre 70% e 85% de material reciclado, qual é o rótulo que se deve utilizar: “Certificado PEFC®” ou “Reciclado PEFC®”?

R: A empresa pode escolher.

Cadeia de Responsabilidade de Produtos de Base Florestal – Requisitos PEFC ST 2002:2013, Apêndice 1	Requisitos para Utilização do Logotipo PEFC® PEFC ST 2001:2008
<p>Produto com: ≥70% certificado PEFC® ≤85% material reciclado</p>	 <p>Certificado PEFC Este produto tem origem em florestas com gestão florestal sustentável e fontes controladas www.pefc.pt</p>
<p>Produto com: ≥70% certificado PEFC® ≥70 % material reciclado</p>	 <p>Reciclado PEFC Este produto tem origem em reciclados e fontes controladas www.pefc.pt</p>

12| Q: Se uma empresa certificada fabrica produtos, mas o processo final de produção decorre numa gráfica certificada, podem colocar-se as duas licenças de utilização do logótipo no produto final?

R: A rotulagem deve identificar claramente quem é o detentor da licença e tem a responsabilidade de utilização do rótulo e das respetivas alegações. Portanto, só uma empresa pode fazer alegações e usar o rótulo PEFC® no produto.

5| CdC/CdR: SISTEMA DE SUPORTE À IMPLEMENTAÇÃO

A matriz apresentada neste capítulo estrutura um sistema de gestão para enquadrar o cumprimento dos requisitos FSC® e PEFC®, concretizando-se em propostas de peças documentais, no contexto da aplicação dos referenciais normativos relevantes.

Esta matriz sistematiza a correspondência entre os requisitos normativos dos sistemas de CdC/CdR, respectivamente do FSC® e do PEFC® e apresenta propostas de procedimentos, modelos e registos. De realçar que o modelo aqui proposto é orientador e exemplificativo, que deve ser ajustado ao grau de complexidade e tipo de atividade da empresa, de forma a obter a conformidade necessária com os requisitos normativos aplicáveis.

Nota: Todos os documentos listados na tabela abaixo são disponibilizados apenas em formato digital e após pedido à AIFF, através do endereço: info@aiff.pt.

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
Parte 1: Exigências Gerais		
1 Gestão da qualidade	8 Requisitos mínimos do Sistema de Gestão	
	8.1 Requisitos gerais	
1.1 Responsabilidades	8.2 Responsabilidades e autoridades	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
1.2 Procedimentos	8.3 Procedimentos documentados	
	8.3.1	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
	8.3.1.a	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
	8.3.1.b	PR.03 Procedimento Produção
1.2.1	8.3.1.c	PR.02 Procedimento Abastecimentos; PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos; PR.04 Procedimento Vendas e entregas; PR.05 Procedimento Utilização de Logotipo
	8.3.1.d	PR.09 Procedimento CW DDS
	8.3.1.e	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI
	8.3.1.f	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.17 Reclamação
1.2.2	8.2.2 Responsabilidade e autoridade pela cadeia de responsabilidade	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
1.3 Formação	8.5 Gestão de recursos	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; RR.09 Plano de Formação; RR.03 Registo de presenças; RR.04 Acta de reunião

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
Parte 1: Exigências Gerais (cont.)		
1.4 Registos	8.4 Registos	
	8.4.1	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade;
	8.4.1.c	PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos;
	8.4.1.e	RR.11 Recolha de Informação fornecedores; RR.12 Análise de Risco
1.4.1	8.4.1.f	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI; RR.03 Registo de presenças; RR.04 Acta de reunião
	8.4.1.g	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.17 Reclamação; RR.06 Controlo AI;
	8.2.1.3	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.03 Registo de presenças; RR.04 Acta de reunião
	8.6 Inspeção e controlo	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI;
1.4.2	8.4.2	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade;
1.5 Compromisso com Valores do FSC®	8.2.1.1	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.02 Compromisso
1.6 Saúde e Segurança Ocupacional	9 Requisitos de segurança, saúde e sociais da cadeia de responsabilidade	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.02 Compromisso
	8.7 Reclamações	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.17 Reclamação; RR.06 Controlo AI;
2 Âmbito do Sistema de Cadeia de Custódia/Cadeia de Responsabilidade		
2.1 Grupos de produtos	6.3.2	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.04 Lista de matérias-primas e produtos; PR.08 Controlo de alegações-créditos
2.2 Subcontratação	ver: 8. 8 Subcontratação	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.03 Declaração de Subcontratado; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados
3 Compra de Materiais		
3.1 Especificações de inputs (entradas)		PR.02 Procedimento Abastecimentos; MOD.04 Lista de matérias-primas e produtos;
3.2 Validação do fornecedor	4.2 Identificação ao nível do fornecedor	PR.02 Procedimento Abastecimentos; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados
3.3 Compra de material não certificado		PR.09 Procedimento CW DDS; PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI; PR.03 Procedimento Produção; RR.07 Registo de recepção de Matéria-prima

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
3 Compra de Materiais (cont.)		
3.4 Geração de matéria-prima no local		PR.03 Procedimento Produção
4 Recepção de materiais e armazenamento	4 Identificação da categoria do material no material/produto	
4.1 Identificação de inputs	4.1 Identificação ao nível da entrada (entregas)	PR.03 Procedimento Produção; RR.07 Registo de recepção de Matéria-prima
4.2 Segregação		PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; RR. 08 Registo de matéria; RR.13 Ordem de Produção
4.3 Precauções quanto a material etiquetado		PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos;
5 Controle de volumes		
5.1 Factor de conversão		
5.1.2 Metodologias de cálculos do factor de conversão		PR.03 Procedimento Produção; RR.10 Balanço Materiais; RR.13 Ordem de Produção
5.2 Balanços de material	8.4.1.b; 8.4.1.d	PR.03 Procedimento Produção; RR.10 Balanço Materiais
5.3 Determinação de alegação FSC®		PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos;
6 Vendas e entrega	7 Venda e comunicação de produtos com alegação	PR.04 Procedimento Vendas e entregas
6.1 Identificação dos outputs (produtos) vendidos com alegações FSC®	7.1 Documentação associada à venda/transferência de produtos	PR.04 Procedimento Vendas e entregas
6.2 Rotulagem de produtos vendidos com declarações FSC®	7.2 Utilização de logótipos e rótulos	PR.05 Procedimento Utilização de logótipo
6.3 Fornecimento de Madeira Controlada FSC®	5. Requisitos Mínimos do Sistema de Diligência Devida	PR.09 Procedimento CW/DDS

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
Parte 2: Métodos para controlar as alegações FSC® e PEFC®		
7 Sistema de transferências	6.2 Método da Separação física	PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; RR.07 Registo de recepção de MP; RR.13 Ordem de Produção; RR.08 Registo de matéria
8 Sistema de percentagens	6.3 Método das percentagens	PR.03 Procedimento Produção; PR.07 Controlo alegações percentagem; RR.03 Ordem de Produção; RR.15 Percentagem simples; RR.14 Conta Créditos
9 Sistema de créditos	6.3.4.2	PR.03 Procedimento Produção; PR.07 Controlo alegações créditos; RR.14 Conta Créditos
Parte 3: Uso do logo FSC® e PEFC® no produto		
10 Requisitos gerais para rotulagem		
10.1 Aplicação dos rótulos FSC®	7.2.2	PR.05 Procedimento Utilização de logótipo; PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; RR.13 Ordem de Produção;
	7.2.1	
11 Elegibilidade para rotulagem		PR.05 Procedimento Utilização de logótipo; PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física /transferência; RR.13 Ordem de Produção;
Parte 4: Requisitos suplementares		
12 Subcontratação	8. 8 Subcontratação	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.03 Declaração de Subcontratado; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados

MANUAL

DE CERTIFICAÇÃO DE CADEIA
DE CUSTÓDIA FSC®/CADEIA
DE RESPONSABILIDADE PEFC®

FILEIRA DA MADEIRA



ÍNDICE

1 | Cadeia de Custódia/Responsabilidade:

Uma estratégia de mercado - Testemunhos **31**

2 | Enquadramento da Certificação de Cadeia de Custódia/Responsabilidade 34

2.1| O que é a Certificação de Cadeia de Custódia/Responsabilidade (CdC/CdR) __ 34

2.2| Os sistemas FSC® e PEFC® 34

2.3| A quem se destina a CdC/CdR 35

2.4| As normas FSC® e PEFC® 36

2.5| As etapas para obter a certificação 37

2.6| Os benefícios da certificação 38

2.7| Os custos da certificação 39

3 | Implementação da Norma de CdC/CdR 40

3.1| O Sistema de CdC/CdR 40

3.2| Métodos de CdC/CdR 41

3.3| Madeira controlada FSC®/ Sistema de Diligência Devida PEFC® 44

3.4| Certificação de grupo e multisite 45

4 | FAQ's 46

5 | CdC/CdR: Sistema de Suporte à implementação 50

6 | Bibliografia e sítios da internet consultados 79

1| CADEIA DE CUSTÓDIA/RESPONSABILIDADE: UMA ESTRATÉGIA DE MERCADO - TESTEMUNHOS

SONAE INDÚSTRIA - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE DERIVADOS DE MADEIRA, S.A.



Carlos Tavares Ferreira
Sustainability Manager do grupo Sonae Indústria



A SONAE foi fundada em 1959, na Maia, onde tem a sua sede, com o objetivo de produzir termolaminados decorativos.

O processo de diversificação da SONAE iniciou-se em 1971, ao assumir a gestão de uma fábrica de aglomerado de madeira situada perto do Porto. Nesse mesmo ano, instalou-se também a primeira linha de revestimento melamínico em Portugal e iniciou-se a produção de componentes para mobiliário e decoração.

Entre 1987 e 1989, a SONAE consolidou a posição de líder no sector de painéis de aglomerado de madeira, em Portugal, e iniciou a internacionalização dos seus negócios.

Atualmente, a Sonae Indústria tem unidades industriais em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Canadá e África do Sul, sendo um dos maiores produtores mundiais de painéis derivados de madeira. A sua gama de produtos derivados de madeira abrange:

- | Aglomerado de partículas de madeira (Particleboard);
- | MDF (Medium Density Fibreboard);
- | Aglomerado de fibras duro (Hardboard);
- | OSB (Oriented Strand Board);
- | Produtos e serviços de valor acrescentado - componentes, soluções e sistemas - para as indústrias de mobiliário, construção, decoração e para o sector de bricolage;
- | Laminados decorativos de alta pressão.

A Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, S.A. é uma filiada da Sonae Indústria, que integra as operações industriais de painéis derivados de madeira,

em Portugal. Vende para o mercado ibérico e exporta para Espanha, Itália, França, Reino Unido, Emirados Árabes Unidos, entre outros países.

A Sonae Indústria – P.C.D.M., S.A. encontra-se certificada pelos sistemas FSC e PEFC desde 2009. As exigências de alguns clientes e/ou motivações comerciais, em simultâneo com a política global da empresa, foram as principais motivações para assumir um posicionamento de dupla certificação (FSC e PEFC) para as operações da Sonae Indústria – P.C.D.M., S.A.

As principais alterações na empresa decorrentes destas certificações ocorreram ao nível do sistema informático para gestão dos fluxos de material certificado e documentação respectiva. Este sistema, desenvolvido internamente na plataforma SAP, permitiu incorporar a maioria dos requisitos das normas de certificação (FSC® e PEFC®) na gestão corrente e diária das operações, prevenindo enormemente erros ou incorreções na sua aplicação.

Destaca-se também o reforço da formação de todos os colaboradores envolvidos na certificação FSC® e PEFC®.

As vantagens mais relevantes com as certificações FSC® e PEFC® foram:

- | O acesso a novos mercados e/ou manutenção de mercados que exigem este tipo de certificações;
- | Reforço da imagem e reputação da empresa;
- | Melhoria da organização interna, desde os departamentos de compras de madeira aos departamentos de vendas;
- | Formação e envolvimento dos colaboradores nesta temática muito relevante para o futuro de longo prazo da empresa e do sector.

MOVELPARTES – COMPONENTES PARA A INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO, S.A



Frederico Moniz
Administrador da Movelpartes



A Movelpartes – Componentes para a Indústria de Mobiliário, S.A., iniciou a sua atividade em 1992, com a produção de painéis de aglomerado, perfis e portas de MDF revestidas a PVC. Em 1995, a empresa foi adquirida pela Sonae Indústria. A produção de perfis e portas de MDF revestidas a PVC foi transferida para a unidade de Vilela e, em Alcanede, deu-se início à produção de mobiliário em kit.

A atividade atual da empresa consiste na produção e comercialização de painéis e mobiliário em aglomerado ou placa de fibras de madeira crua ou revestida a melamina ou laminado, rodapés e perfis revestidos, serviço de corte e comercialização de laminados e de painéis derivados de madeira.

As principais matérias-primas usadas na produção são produtos de origem florestal, placas de aglomerado de partículas de madeira e placas de MDF (Medium Density Fiberboard, aglomerado de fibras de madeira de média densidade). Estas placas podem ser usadas como “crú” ou revestidas a papel decorativo.

Em determinados produtos são usados termolaminados de alta pressão, ou HPL (High Pressure Laminates).

Os principais mercados são Portugal, Espanha, França, Alemanha e Tunísia.

A Movelpartes obteve a certificação FSC® e PEFC® no ano de 2012, e considera que a certificação FSC® e PEFC® posiciona a empresa na cadeia florestal como uma organização sustentável, permitindo responder a novas solicitações de clientes e de potenciais clientes.

A Movelpartes tem como objetivo aceder a mercados mais exigentes e a novas oportunidades de negócio no mercado nacional e internacional.

As principais alterações na empresa decorrentes da implementação do sistema foram:

- | Criação de uma estrutura de responsabilidades definidas com elevado rigor, de modo a garantir o cumprimento de todos os requisitos definidos e documentados;
- | Elaboração e implementação de rocedimentos que refletem todos os requisitos normativos;
- | Estabelecimento de um programa de formação tanto a nível interno, como a nível dos clientes diretos (clientes finais ou empresas comerciais do grupo Sonae Indústria);

| Criação de um processo de controlo abrangendo essencialmente responsáveis da área operacional, de modo a disponibilizar informação relevante para a área comercial na fase inicial do processo de encomendas;

| Parametrização no sistema informático SAP a nível dos documentos de expedição, nomeadamente integrando a informação da alegação e o nº do certificado.

PINHOSER - INDÚSTRIA DE MADEIRAS DA SERTÃ, LDA.



Ana Fernandes
Responsável da qualidade

A PINHOSER é uma indústria de serração de madeiras constituída em 1984 e que tem crescido continuamente desde então.

A PINHOSER pertence ao grupo empresarial PALSER que desenvolve várias atividades, todas elas com base na fileira florestal, desde a indústria

de serração ao fabrico de paletes e embalagens de madeira, a produção de energia elétrica a partir de uma central a biomassa florestal, o fabrico de pellets e, mais recentemente, de madeira termotratada no final de 2014. Ao nível do grupo PALSER contamos com unidades fabris localizadas na Sertã e em Palmela e com um parque em Pombal para a recepção de matéria-prima em toro.

A PINHOSER utiliza apenas pinho como matéria-prima na produção de madeira serrada para o fabrico de paletes e a construção, exportando 40% do total da produção, maioritariamente, para o mercado de Marrocos, Argélia, Dubai, Índia e Espanha.

A PINHOSER possui a certificação da Cadeia de Responsabilidade pelo sistema FSC® e pelo PEFC® desde Julho de 2011.

A opção da certificação surgiu numa altura em que a PINHOSER realizava investimentos avultados no aumento da capacidade produtiva e sua modernização, apostando no crescimento da organização, tanto a nível tecnológico como organizacional. Como tal, fez todo o sentido apostar em certificações que refletissem para o mercado os esforços realizados, nomeadamente, na certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e da Cadeia de Responsabilidade em ambos os sistemas FSC® e PEFC®.

Da implementação do sistema da Cadeia de Responsabilidade decorreram alterações,

como a sistematização de procedimentos, nomeadamente, de compra de matéria-prima e de venda de produtos, e a verificação sistemática da documentação associada. No caso da PINHOSER, a maior alteração foi a necessidade de controlar continuamente a proveniência de toda a matéria-prima adquirida, bem como os seus fornecedores.

Além de melhorar a imagem no mercado da Organização como “amiga” da floresta ou que aposta nas boas práticas florestais, a verdade é que possuir a certificação FSC® e/ou PEFC® é a diferença entre poder ou não satisfazer certas encomendas. E, portanto, além das preocupações ambientais e da gestão responsável das florestas é uma questão das empresas terem acesso a certos mercados ou clientes que sem possuírem disponibilidade de produtos certificados é impossível.



2| ENQUADRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO E CADEIA DE CUSTÓDIA/RESPONSABILIDADE

2.1 O que é a Certificação de Cadeia de Custódia/Responsabilidade (CdC/CdR)

A Certificação de Cadeia de Custódia permite às empresas rotular os seus produtos Forest Stewardship Council (FSC®) ou Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC®), o que, por sua vez, permite ao consumidor identificar e escolher os produtos que apoiam uma gestão florestal responsável/sustentável.

Ambos os sistemas, FSC® e PEFC®, apresentam dois tipos diferentes de certificação:

I Gestão Florestal, que demonstra que a floresta é administrada ou gerida de forma responsável ou sustentável, em conformidade com os Princípios e Critérios do FSC® ou Critérios e Indicadores do PEFC®, e;

II Cadeia de Custódia/ Responsabilidade, que verifica a rastreabilidade de materiais e produtos certificados, de base florestal, ao longo da cadeia produtiva, desde a floresta, ou no caso dos materiais reciclados, desde o local de recolha, até ao consumidor final. Aplica-se a fabricantes, transformadores e comerciantes de produtos florestais certificados.

O sistema Cadeia de Custódia/Responsabilidade de uma empresa traduz-se num conjunto de registos de informação sobre o percurso dos produtos desde a floresta, ou, no caso dos materiais reciclados, desde o local de recolha, até ao consumidor. (Figura 1)

2.2 Os sistemas FSC® e PEFC®

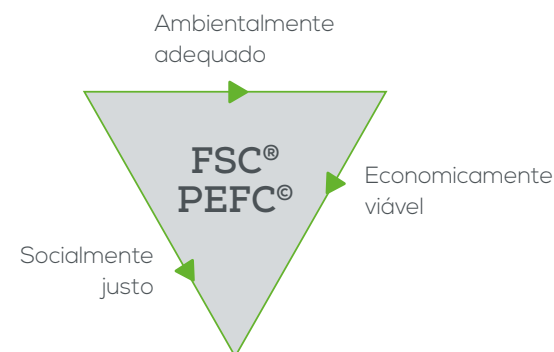
Os dois principais sistemas de certificação florestal reconhecidos internacionalmente são o FSC® e o PEFC®, que têm por objetivo assegurar uma gestão responsável e sustentável da floresta, onde as funções económicas, ambientais e sociais são igualmente salvaguardadas.

Os sistemas são geridos a nível mundial por organizações não-governamentais sem fins lucrativos dedicadas a promover a Gestão Florestal Responsável/Sustentável e sua certificação por entidades certificadoras/organismos de certificação, respectivamente quando se trata do sistema FSC® e PEFC®.

CdC/CdR



Figura 1: Cadeia de Custódia/Responsabilidade



O **FSC®** fundado no Canadá em 1993, com a missão de promover uma gestão das florestas mundiais que fosse ambientalmente responsável, socialmente benéfica e economicamente viável, através da definição e implementação de Princípios e Critérios de Gestão Florestal reconhecidos e respeitados mundialmente.

Em Portugal, o representante é a Associação para uma Gestão Florestal Responsável (AGFR), uma organização sem fins lucrativos constituída nos finais de 2007 (<http://pt.fsc.org/>).

O **PEFC®**, fundado na Europa em 1999 por organizações nacionais de onze países com o objectivo de promover a gestão sustentável das florestas, com base nos Critérios Pan-Europeus para uma Gestão Florestal Sustentável. O PEFC® funciona através do reconhecimento de esquemas de certificação florestal nacionais, desenvolvidos por via de processos que envolvem múltiplas partes interessadas e adaptados às condições e prioridades locais.

Em Portugal, o representante é o Conselho da Fileira Florestal Portuguesa, uma associação sem fins lucrativos de iniciativa privada, formalmente constituída em 2001 (<http://www.pefc.pt/>).

2.3 A quem se destina a CdC/CdR

A certificação de CdC/CdR destina-se a qualquer empresa que procure demonstrar que o seu negócio contribui positivamente para a manutenção e melhoria da floresta, estabelecendo uma política de compras de matéria-prima/produtos de base florestal em conformidade, nomeadamente:

Organizações que processam/transformam produtos de base florestal: qualquer unidade industrial responsável por uma ou várias etapas de transformação/processamento de produtos de base florestal certificados e que pretenda comercializá-los como certificados. Alguns exemplos: serrações, indústrias de painéis, de mobiliário, entre outras.

Organizações que comercializam produtos florestais certificados: sempre que uma empresa detenha a posse legal sobre um produto, independentemente de não ter posse física do mesmo. Alguns exemplos: distribuidores ou retalhistas.

A **Norma** aplica-se durante a totalidade do período de propriedade legal do produto (desde a compra até à venda) e a todas as fases de processamento do produto.



RASTREABILIDADE



Para assegurar a rastreabilidade, qualquer mudança de propriedade dentro da cadeia produtiva requer que as organizações envolvidas estabeleçam um sistema de CdC/CdR e que este seja verificado por Entidades Certificadoras/Organismos de Certificação.



2.4 As normas FSC® e PEFC®

As normas FSC® e PEFC® são documentos de referência desenvolvidos com base em processos e orientações multisectoriais, internacionalmente reconhecidos, de forma a garantir o cumprimento dos requisitos acordados à escala mundial. As normas são revistas periodicamente e sujeitas a consultas públicas.

Cada um dos sistemas, FSC® e PEFC®, tem os seus próprios referenciais normativos de CdC/CdR, de aplicação internacional, que se encontram disponíveis nos sítios do FSC®¹ e do PEFC®².

As normas especificam, os requisitos de gestão e de produção, para a CdC/CdR de controle a respeito da aquisição, rotulagem (quando aplicável) e venda de produtos como FSC® ou PEFC® certificada, proporcionando assim uma gama de opções para fazer alegações de certificação. O principal documento normativo que enquadra a implementação de Cadeia de Custódia pelo FSC® é a norma FSC-STD-40-004 que pode ser combinada com normas complementares de acordo com o âmbito de aplicação do certificado da organização (ver figura 2).

¹ www.fsc.org

² www.pefc.org

MAPA DAS NORMAS DE CADEIA DE CUSTÓDIA FSC®

FSC-STD-40-004 Certificação de Cadeia Custódia			Adenda FSC-STD-40-004a Classificação de Produto
NORMAS E POLÍTICAS COMPLEMENTARES			OUTROS DOCUMENTOS NORMATIVOS
FSC-STD-01-002 Glossário de Termos	FSC-POL-40-002 Certificação de Grupo	FSC-STD-40-003 Multisite	Directivas FSC-DIR-40-###
FSC-STD-40-005 Madeira Controlada	FSC-STD-40-007 Material Recuperado	FSC-STD-50-001 Uso da Marca Registrada	Guias FSC-GUI-40-###
			Procedimentos FSC-PRO-40-###

As versões dos documentos FSC®, em vigor, podem ser consultadas em "Document Catalogue" no sítio do FSC® (<https://ic.fsc.org/requirements-guidance.105.htm>).

Os documentos normativos do PEFC® que enquadram a implementação de Cadeia de Responsabilidade são:

| PEFC ST 2002:2013 Chain of Custody of Forest Based Products – Requirements for use (inclui os requisitos do sistema de diligência devida para alegações sobre origens controladas PEFC®e os requisitos para aplicação de cadeia de responsabilidade a empresas multisite)
PEFC ST 2001:2008 Logo Use Rules.
PEFC GD 2001:2014 Chain of Custody of Forest Based Products – Guidance for Use

Figura 2: Mapa das Normas de Cadeia de Custódia FSC®
(fonte: FSC-STD-40-004 V2-1 EN)

A lista de documentos técnicos PEFC® em vigor deve ser consultada com regularidade em "Technical Documentation" no sítio do PEFC® (<http://www.pefc.org/resources/technical-documentation>).

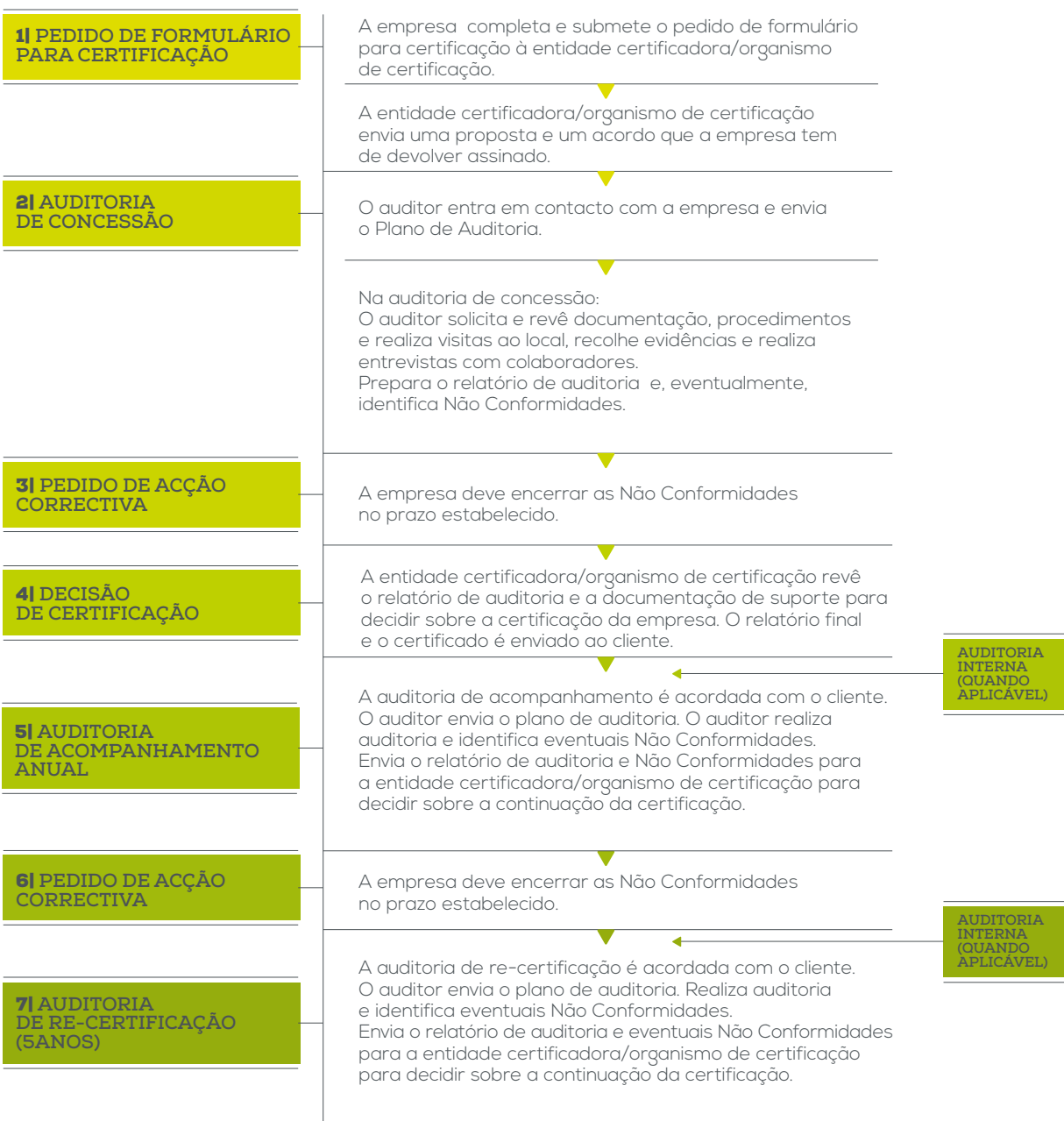


2.5 As etapas para obter a certificação

As etapas para se obter e manter a certificação do sistema de CdC/CdR são semelhantes para os dois sistemas, FSC® e PEFC®.

O tempo para a sua implementação depende essencialmente do esforço (tempo e recursos humanos) que a empresa aloca a este processo e o tempo de resposta por parte das entidades certificadoras acreditadas para emitir a decisão de certificação e o certificado de conformidade.

Figura 3: Etapas da Certificação



2.6 Os benefícios da Certificação

A certificação florestal é um instrumento no mercado mundial de produtos de base florestal e cujas principais vantagens podem dividir-se em 3 vertentes:

| Possibilidade da empresa responder às exigências dos **Mercados** actuais e criação de novas possibilidades de negócio, associado à confiança que estes sistemas oferecem sobre a legalidade na origem da matéria-prima;

| A certificação CdC/CdR oferece garantias no que diz respeito à rastreabilidade da matéria-prima e à implementação de um sistema de gestão com a subscrição de compromissos de responsabilidade social e ambiental que fortalecem a **Imagem Institucional** junto dos clientes;

| A comercialização de **Produtos** com um rótulo reconhecido internacionalmente, associado a mensagens claras e transparentes, traduzem confiança no consumidor.

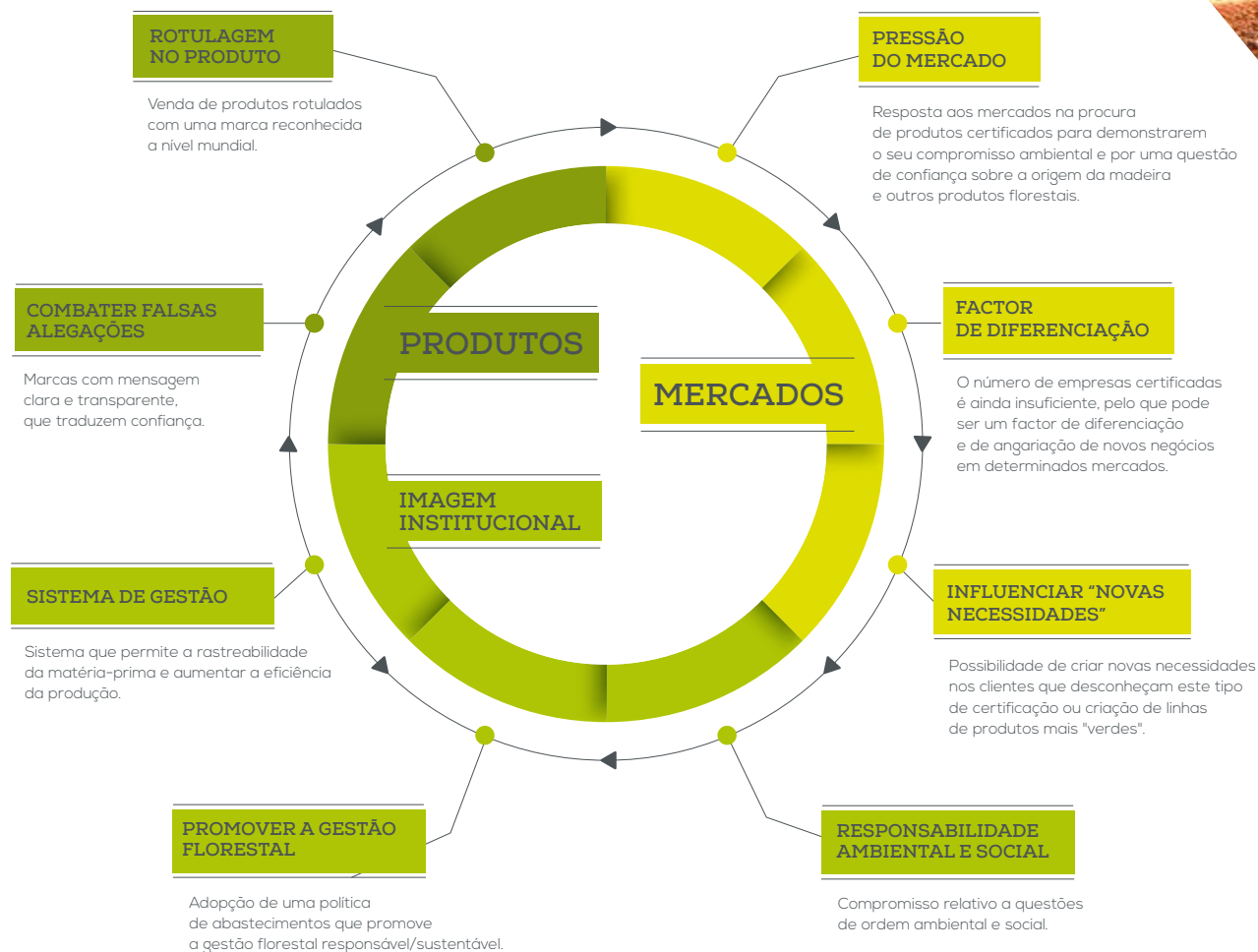


Figura 4: Vantagens da Certificação de Custódia/Responsabilidade

2.7 Os custos da certificação

Os custos de certificação de CdC/CdR podem ser divididos em directos e indirectos.

Os **custos directos** são aqueles decorrentes do processo de certificação e das auditorias:

| Auditoria de Certificação – inclui o tempo dedicado ao trabalho administrativo e técnico de verificação de conformidade, despesas da equipa auditora, bem como o pagamento de taxas de certificação aos sistemas FSC® e PEFC®.

Os custos são influenciados pela dimensão e complexidade da empresa.

| Auditoria de Acompanhamento – anualmente, deve ser efetuada pelo menos uma avaliação de acompanhamento.

Os **custos indirectos** são aqueles associados à adequação do sistema de produção aos requisitos das normas de CdC/CdR. Ou seja, são os custos referentes às melhorias necessárias para assegurar a rastreabilidade da matéria-prima/ produtos certificados, nomeadamente no que diz respeito à formação, à alocação de recursos humanos, adaptação dos processos internos para assegurar o cumprimento dos requisitos da Norma CdC/CdR. Os valores associados a estes custos podem variar, de acordo com o nível de organização da empresa antes de solicitar a certificação.



3| IMPLEMENTAÇÃO DA NORMA DE CdC/CdR

3.1 O Sistema de CdC/CdR

A implementação de um sistema de CdC/CdR numa empresa tem por objetivo assegurar que é mantida a rastreabilidade da matéria-prima/ produtos certificados, sendo que, para tal, a empresa deve introduzir as melhorias necessárias de forma a adequar o seu sistema de produção aos requisitos das normas de CdC/CdR. A empresa deve conseguir demonstrar:

- | A quem comprou o produto?
- | O que aconteceu ao produto durante a posse legal da empresa?
- | A quem vendeu o produto finalizado?
- | Como organiza, documenta e monitoriza o seu sistema CdC/CdR?



Figura 5: Fluxograma do Sistema de Cadeia de Custódia/Responsabilidade

FASES CdC/CdR	IDENTIFICAÇÃO SUMÁRIA DOS REQUISITOS A TER EM CONTA EM CADA FASE DA CdC/CdR	REQUISITOS	
		FSC - STD - 40 - 004,2.1	PEFC ST 2002:2013
ÂMBITO	A empresa deve estabelecer o âmbito do certificado de CdC/CdR, enquadrar a actividade, os produtos e as actividades subcontratadas no seio da CdC/CdR implementada. Alguma desta informação é pública e está disponível nos sítios do PEFC® e FSC®.	2	6.8
SISTEMA DE GESTÃO	A empresa deve estabelecer um sistema de gestão com a definição de procedimentos internos de forma a assegurar a correcta implementação e manutenção de CdC/CdR. O sistema de gestão inclui a identificação de responsabilidades, formação e capacitação de colaboradores, assegurar requisitos de higiene e segurança no trabalho e definir procedimentos e registos.	1	8.9
ABASTECIMENTO	A empresa deve estabelecer procedimentos de identificação e verificação na aquisição de matéria-prima, nomeadamente o tipo e a categoria de materiais dos potenciais fornecedores. A identificação da tipologia de matéria-prima que pode ser adquirida é efectuada em dois passos: (i) a identificação ao nível do fornecedor, e (ii) a identificação ao nível do tipo e categoria de matéria-prima.	3	4 e 5
RECEPÇÃO	A empresa deve, para cada entrega de matéria-prima, identificar e verificar o tipo e a categoria da matéria-prima, com base em documentação do fornecedor, nomeadamente na documentação associada à venda e/ou transporte.	4	4
ARMAZENAMENTO	A empresa deve assegurar a segregação das matérias-primas e produtos, de acordo com a metodologia de controlo de alegações inicialmente adoptadas.	4,12	6
PRODUÇÃO	A empresa deve optar por utilizar métodos de controlo de alegações definidos pelas normas de CdC/CdR que melhor se adequem ao seu fluxo de matéria-prima, mas também com base nas suas necessidades de comunicação, marketing ou pedidos específicos de cliente. Ao longo das actividades relacionadas com a produção, a empresa deve controlar as quantidades de compra e venda, a definição e controlo dos factores de conversão, bem como as regras de rotulagem do produto.	5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12	6 e 8
VENDAS E ENTREGAS	A empresa tem de assegurar a correcta identificação dos produtos vendidos, e respectiva alegação, nos documentos de venda e/ou transporte.	6	7

Tabela 1: Os requisitos normativos de Cadeia de Custódia /Responsabilidade

3.2 Métodos de CdC/CdR

Neste capítulo, abordam-se os métodos de controlo das alegações FSC® e PEFC® nos produtos (output), um dos requisitos das normas de cadeia de CdC/CdR. Devido à importância e complexidade técnica deste capítulo, analisa-se com algum pormenor este assunto exemplificando ao nível da cadeia produtiva que métodos de controlo se poderão usar e concretiza-se através de alguns exemplos.

Os métodos reconhecidos pelos sistemas FSC®/PEFC® são:

PEFC®	FSC®
Método da Separação Física (6.2 - PEFC ST 2002:2013)	Método da Transferência (7-FSC-STD -40-004, v2.1)
Método das Percentagens (6.3 - PEFC ST 2002:2013)	Método de Percentagens (8-FSC-STD -40-004, v2.1)
	Método dos Créditos (9-FSC-STD -40-004, v2.1)

A figura 6 exemplifica uma cadeia produtiva da fileira de madeira, indicando possíveis métodos de controlo de alegações que poderão ser utilizados.



● GFS certificada ● CdC/CdR certificada ● Sem certificação

Figura 6: Exemplo de métodos aplicáveis ao longo da cadeia produtiva da madeira.

Método da Transferência FSC® ou Separação Física PEFC®

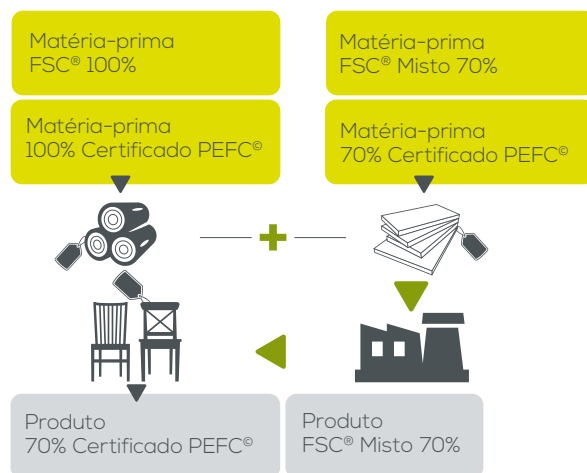
Este método de controlo aplica-se a empresas que separam a matéria-prima certificada e não certificada. Para assegurar a segregação das matérias primas pode recorrer-se a: i) locais diferenciados; ii) definição de tempos de produção diferenciados ou; iii) identificação física. Neste

método de controlo, caso haja mistura de vários tipos de matéria-prima certificada considera-se a alegação mais baixa de uma componente do produto.

Cenário 1: Um único tipo de matéria-prima certificada
A alegação da matéria-prima transfere-se para o produto.



Cenário 2: Vários tipos de matéria-prima certificada
Para este caso, prevalece a alegação mais baixa da matéria-prima. Neste exemplo, a alegação final do produto é FSC® Mix 70% ou 70% certificado PEF®, elegível para rotulagem.



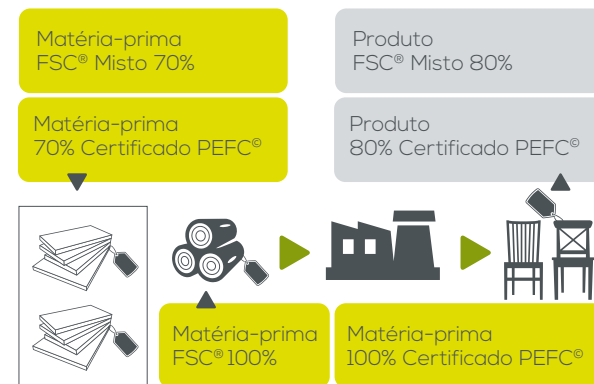
Método da Percentagem FSC®/Percentagem PEFC®

Este método é recomendado para empresas que utilizam matéria-prima certificada e controlada para um processo específico de produção. Com este método, a alegação do produto considera a percentagem de certificação da matéria-prima na entrada do processo. A fórmula de cálculo é:

$$\text{Percentagem de certificação (PC)} = \frac{[\text{volume de matéria-prima certificada (Vc)} / (\text{Volume de matéria-prima certificada (Vc)} + \text{volume de matéria prima controlada (V0)})] \times 100.$$

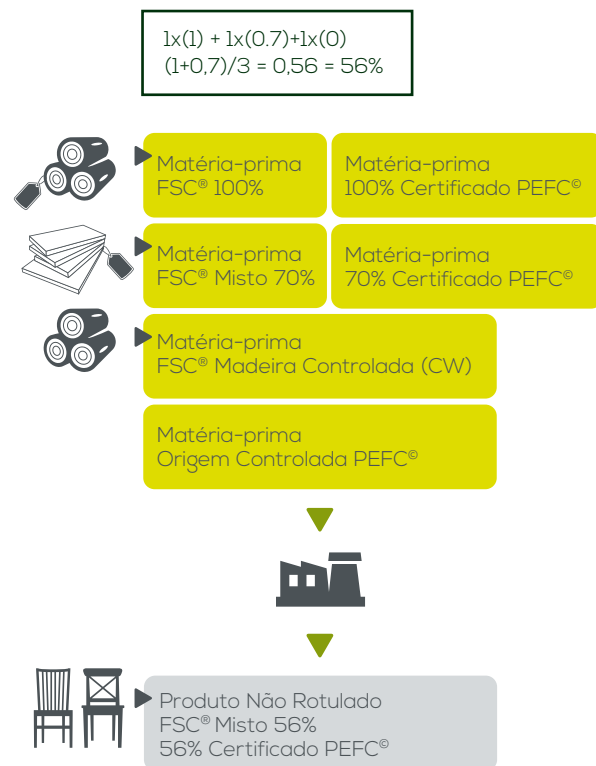
Cenário 3: Vários tipos de matéria-prima certificada
Neste exemplo, tem-se duas unidades de matéria-prima "FSC® Misto 70%" ou "70% certificado PEFC®" e uma unidade de "FSC® 100%" ou "100% certificado PEFC®". Durante o processo misturam-se os materiais e a percentagem que se obtém no produto final é a razão entre a quantidade de matéria-prima certificada em 100% (1) e 70% (2) sobre o total de matéria-prima. Ou seja:

$$\frac{1 \times (1) + 2 \times (0.7)}{(1 + 1.4)} = 0.8 = 80\%$$



Cenário 4: Vários tipos de matéria-prima (certificada e controlada)

Neste exemplo, tem-se uma unidade de matéria-prima "FSC® Misto 70%" ou "70% certificado PEFC®", uma unidade de "FSC® 100%" ou "100% certificado PEFC®" e uma unidade "Madeira Controlada FSC®". Durante o processo misturam-se os materiais e a percentagem que se obtém no produto final é a razão entre a quantidade de matéria-prima certificado em 100% (1), 70% (1) e FSC® CW ou OC PEFC® sobre o total de matéria-prima. Ou seja:



Como a percentagem de certificação é inferior a 70% o produto não pode ser rotulado.

Método dos Créditos FSC® / Métodos das percentagens PEFC® (crédito em quantidade)

Com o método dos créditos uma proporção das vendas podem-se vender como certificada segundo a quantidade de entradas certificadas em todo o processo produtivo. Estas entradas podem-se acumular como "créditos" segundo determinadas regras. O resto do produto pode-se vender como "Madeira Controlada FSC®" ou "Origem controlada PEFC®".

Cenário 5: Vários tipos de matéria-prima (certificada e controlada)

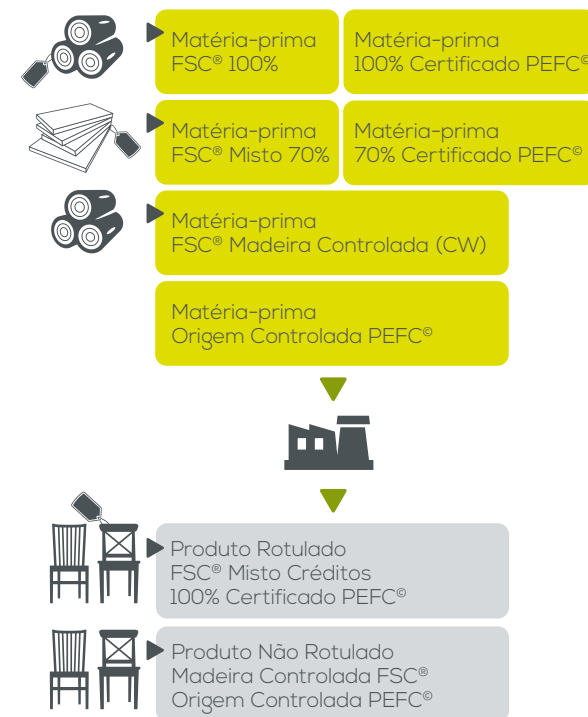
Neste exemplo, tem-se uma unidade de matéria-prima "FSC® Misto 70%" ou "70% certificado PEFC®", uma unidade de "FSC® 100%" ou "100% certificado PEFC®" e uma unidade "Madeira Controlada FSC®" ou "Origens Controladas PEFC®".

Ou seja:

$$1 \times (1) + 1 \times (0.7) + 1 \times (0) = 2.7$$

unidades FSC® Crédito Misto ou 100% certificado PEFC®
 $3 - 2.7 = 0.3$ unidades FSC® CW ou OC PEFC®

Os créditos dos produtos podem etiquetar-se como FSC® Misto Crédito ou 100% certificado PEFC® e os restantes podem vender-se como Madeira Controlada FSC ou Origem Controlada PEFC®.



3.3 Madeira controlada FSC®/ Sistema de Diligência Devida PEFC®

Os termos “Madeira Controlada FSC®” ou “Origem Controlada PEFC®” surgiram do crescimento do número de certificados pelos sistemas de CdC/CdR não ter sido acompanhado por um aumento semelhante das áreas florestais certificadas, condicionando a indústria florestal de transformação e comercialização de produtos com certificação FSC® ou PEFC®.⁵

A alegação “Madeira Controlada FSC®” define e exclui da mesma, o que pode ser considerado como fontes inaceitáveis de matéria-prima, designadamente:

- Madeira explorada ilegalmente;
- Madeira explorada em violação de direitos civis e tradicionais;
- Madeira explorada em florestas nas quais os Altos Valores de Conservação são ameaçados pelas actividades de gestão;
- Madeira explorada em florestas em processo de conversão para plantações ou para usos não florestal;
- Madeira proveniente de florestas nas quais são plantadas árvores geneticamente modificadas.

A alegação: “Origem Controlada PEFC®” pode ser utilizada em todos os produtos para os quais foi implementado o Sistema de Diligência Devida (DDS)⁴ do PEFC®, demonstrando assim que a empresa exerceu a “diligência devida”, ou seja, cumpriram um conjunto de passos descritos na Figura 7.

Considerando que o sistema de Diligência Devida do PEFC® está em linha com os requisitos do Regulamento Europeu da Madeira (EUTR), as empresas certificadas CdR PEFC® podem também demonstrar a conformidade do produto com o EUTR. Ao implementarem o sistema DDS, as empresas certificadas podem colocar a alegação “Origem Controlada” PEFC® em produtos constituídos por material não certificado PEFC®, desde que os produtos estejam abrangidos pela Cadeia de Responsabilidade. Os requisitos normativos do FSC® e do PEFC® que possibilitam a incorporação de material de origem controlada em produtos certificados estão descritos em FSC-STD-40 005 v2.1 e no Capítulo 5 do PEFC® ST 2002:2013, e baseiam-se genericamente num conjunto de 4 passos:



Figura 7: Correspondência entre os requisitos para aquisição de Madeira Controlada no âmbito do FSC®, Sistema de Diligência Devida no âmbito do PEFC® e EUTR

⁴ O Sistema de Diligência Devida (DDS) inclui os três elementos seguintes:

- 1| Informação:** as empresas devem ter acesso a informação que especifique a madeira e os produtos de madeira, o País de extração, as espécies, as quantidades, detalhes sobre o fornecedor e informação sobre conformidade com legislação nacional.
- 2| Avaliação de risco:** com base na informação fornecida e nos critérios estabelecidos no EUTR, as empresas devem avaliar o risco de madeira ilegal na sua cadeia de abastecimento. Os abastecimentos com risco “desprezível” poderão continuar a ser comercializados.
- 3| Mitigação de risco:** Em caso de risco “não desprezível” dos produtos de madeira serem ilegais, as medidas de mitigação podem efetivamente minimizar o risco. As medidas podem variar entre exigir informação adicional aos fornecedores e/ou solicitar ao fornecedor a obtenção da certificação florestal.

A certificação florestal e a legislação europeia de comércio da madeira

No âmbito do plano de ação da União Europeia relativo à aplicação da legislação, à governação e ao comércio no sector florestal, foram criados mecanismos europeus específicos com o objectivo de combater a entrada no mercado da madeira abatida ilegalmente, bem como o seu subsequente consumo.

O Regulamento (UE) n.º 995/2010, também designado como Regulamento Europeu de Madeira (EUTR), proíbe a colocação no mercado interno de madeira extraída ilegalmente ou dos seus produtos derivados. No entanto, dada a complexidade da exploração madeireira ilegal e as suas causas e impacto, as medidas específicas tomadas neste Regulamento centram-se na atuação dos operadores, estabelecendo, nomeadamente,

a obrigação destes adoptarem e cumprirem um sistema de diligência devida. Adicionalmente, os comerciantes que fazem parte da cadeia produtiva são também obrigados a prestar informações de base sobre os seus fornecedores e compradores, a fim de permitir a rastreabilidade da madeira e dos seus produtos derivados.

O sistema da diligência devida compreende três elementos inerentes à gestão do risco: o acesso às informações, a avaliação do risco e a diminuição do risco identificado. Os procedimentos de avaliação do risco, podem incluir a certificação ou outros sistemas de verificação por terceiros que abrangam o cumprimento da legislação aplicável. Neste sentido, os sistemas credíveis de certificação florestal, como o PEFC® e/ou FSC®, podem apoiar as empresas certificadas a demonstrarem o cumprimento dos requisitos do Regulamento Europeu da Madeira.

3.4 Certificação de Grupo e Multisite

Os níveis de certificação de CdC/CdR são:

Individual | Aplicável a uma empresa, cuja produção se realiza apenas num local;

Multisite | Destinado à certificação de grandes empresas que estão ligadas por parcerias ou acordos legais/contratuais. Este modelo torna a certificação mais fácil e mais barata para grandes empresas que conseguem beneficiar de uma administração centralizada e da gestão interna com o objectivo de obter a certificação FSC® e/ou PEFC®;

Grupo | É um caso específico do multisite, aplicável a um conjunto de empresas independentes que, por formarem um grupo, conseguem ter acesso facilitado à certificação CdC/CdR dividindo os custos da certificação e beneficiando do suporte e controle técnico realizados por uma Entidade Gestora. Os dois sistemas de certificação, FSC® e PEFC®, têm regras definidas para a aceitação de membros (Tabela 2).

PEFC®	FSC®
i) ≤ 50 Empregados (a tempo inteiro) e ii) Volume de negócios ≤ 9.000.000 CHF, ou equivalente. Participação de locais que estão domiciliados num único país.	≤ 15 Empregados (que trabalhem em tempo integral); ou ≤ 25 Empregados (trabalhando em tempo integral) e um rendimento anual ≤ US\$ 1.000.000,00. Todos os locais participantes devem estar localizados no mesmo país da empresa que possui o certificado.

Tabela 2: Regras definidas pelos sistemas para aceitar membros de certificação de Grupo de CdC/CdR

4| FAQ's

FAQ's FSC®

QUEM NECESSITA DE TER CERTIFICAÇÃO Cdc

1| Q: Não manipulo os produtos, preciso de obter a certificação de Cadeia de Custódia?
R: Sim, se assumir a propriedade legal dos produtos e emitir facturas aos seus clientes.

ROTULAGEM DO PRODUTO

2| Q: Todos os nossos produtos têm de ser certificados FSC®?
R: Não, mas deve assegurar-se de que os produtos não se misturam inadvertidamente.
3| Q: Temos de colocar um rótulo FSC® nos nossos produtos?
R: Não, mas eles devem ser vendidos com a alegação FSC® correcta nos documentos de venda. Produtos, como painéis de madeira, muitas vezes não são rotulados.

4| Q: Todos os componentes do meu produto precisam de ser certificados?
R: Todos os componentes de um produto, que sejam feitos ou que contenham materiais de base florestal, que são incorporados no produto para cumprir necessidades específicas dos consumidores devem ser certificados. Componentes de base florestal que têm funções secundárias no produto (por exemplo, para o transporte, protecção, etc.) não precisam ser certificadas a menos que estas sejam adicionadas ao produto com um propósito funcional (por exemplo, se o funcionamento do produto ficar comprometido pela remoção deste componente secundário), então, esta componente também precisa de ser certificada.

EXEMPLOS DE PRODUTOS	QUE COMPONENTES DO PRODUTO PRECISAM DE SER CERTIFICADOS	
Fósforos e Caixas de Fósforos	Fósforos	Sim
	Caixas de fósforos	Opcional
	Racional: Os fósforos e a caixa de fósforos são componentes distintas podem ser certificados de forma independente quando a declaração do rótulo FSC® for suficientemente para evitar má interpretação. No entanto, se os fósforos e as caixas de fósforos forem feitos com o mesmo material (por exemplo, papel), ambos deverão ser certificados, e levar o selo FSC®.	
Jogos	Componentes de papel, madeira e cortiça	Sim
	Manual de instruções	Opcional
	Embalagem	Opcional
	Racional: Os componentes de madeira e do papel do jogo têm uma finalidade funcional e consequentemente precisam de ser certificados. No entanto, é possível uma abordagem mais flexível desde que se coloque a declaração apropriada no rótulo FSC®. Por exemplo, quando apenas os componentes de madeira são certificados, o selo do FSC® deve conter a declaração de "madeira" e os componentes de papel não precisam ser certificados, ou vice-versa. O manual e a embalagem não são componentes do produto e por essa razão não precisam ser certificados.	
Livros	Capa	Sim
	Folhas no interior	Sim
	Capas exteriores	Opcional
	Banda envolvente	Opcional
	Racional: A capa e as folhas do interior são necessários para a função do produto, e por esse motivo devem ser certificados. Itens adicionais: como sobrecapas, capas de deslizamento e banda envolvente não são necessários para a função do produto e, portanto, não precisam ser certificadas.	

5| Q: Quando um produto é rotulado FSC®, pode ter rótulos de outros sistemas de certificação florestal?

R: Não, o produto não pode ter rótulos de outros sistemas de certificação florestal. Não seria permitido ter rótulo duplo num produto, por exemplo. No entanto, em publicações rotuladas com FSC®, como revistas ou material publicitário impresso, as marcas de outros sistemas de certificação podem ser utilizadas para a promoção de produtos ou fins educacionais, desde que não haja declarações sobre o papel da publicação certificada com o outro esquema de certificação.

6| Q: Pode ser usada a mini etiqueta num formato maior, sem o texto da etiqueta padrão, num lápis de madeira, mesmo que haja espaço suficiente para incluir o rótulo padrão?

R: Sim, é possível o uso de mini etiqueta num formato maior em vez do rótulo padrão num lápis de madeira, quando for tecnicamente difícil produzir texto padrão legível no rótulo.

MÉTODOS DE CONTROLO DE ALEGAÇÕES

7| Q: O material certificado PEFC® é elegível para ser utilizado em grupos de produtos FSC® como FSC® certificado ou FSC® Madeira Controlada?

R: Não. O material certificado pelo PEFC® não é aceite como entrada certificada FSC® e não cumpre automaticamente os requisitos da norma de Madeira Controlada FSC®. Portanto, o material certificado PEFC® é classificado como entrada não certificada FSC® e devem respeitar-se os requisitos da norma da Madeira Controlada FSC® antes do uso em grupos de produtos FSC®.

8| Q: É aceitável definir os grupos de produtos, no sistema de crédito, por alegação FSC® e por

tipo de produto, sem ter em conta características dos materiais de entrada?

R: Não, os grupos de produtos no âmbito do sistema de crédito devem partilhar características de entrada e saída semelhantes, em termos de qualidade e factor de conversão (FSC-STD-40-004 Cláusula 2.1.3 e "Termos e Definições").

O termo "qualidade" representa características em termos de espécies, composição/especificações ou valor das matérias. Isso significa que os produtos que contêm entradas de qualidade diferente (por exemplo, placas de aglomerado e madeira serrada) e/ou com diferentes factores de conversão (por exemplo, madeira maciça e porta composta) não podem ser combinadas no mesmo grupo de produtos. Os créditos dos materiais de uma determinada qualidade (por exemplo, placa de aglomerado) não podem ser transferidos para materiais de qualidade diferente (por exemplo, folha de madeira). Assim, o sistema de crédito não é aplicável para a produção de produtos constituídos por materiais de diferentes qualidades, a menos que a empresa estabeleça contas de crédito separadas para cada um dos materiais de entrada.

INFORMAÇÕES NA DOCUMENTAÇÃO DE TRANSACÇÃO

9| Q: É aceitável que um produto vendido com alegações FSC® também contenha alegações de outros sistemas de conformidade florestal nos documentos de venda e transporte?

R: Sim. As normas de cadeia de custódia FSC® e de uso de marca registrada apenas apresentam restrições para o uso do rótulo FSC® nos produtos juntamente com rótulos de outros sistemas de conformidade florestal.

No entanto, essas restrições não se aplicam para a identificação de documentos de venda e transporte. Neste caso, as alegações FSC

e referência a outros sistemas de certificação não devem ser misturadas. Todos os elementos da alegação FSC® devem ser compreensíveis e facilmente identificáveis.

SUBCONTRATAÇÃO

10| Q: Os requisitos de subcontratação FSC® são aplicáveis quando um subcontratado executa uma operação de dimensionamento, que está localizado na propriedade da empresa certificada FSC®?

R: Não, requisitos de subcontratação só são aplicáveis quando o subcontratante toma posse física de material certificado FSC® fora da empresa certificada por este sistema. Se uma actividade subcontratada ocorre no local da empresa certificada FSC®, então a actividade deve ser incluída no âmbito do certificado e avaliados como parte da auditoria CdC da empresa.

11| Q: Uma empresa que não é certificada pelo FSC® que realiza parte de um dos nossos processos de transformação – ela também precisa de certificação de Cadeia de Custódia?

R: Se quiser que uma outra empresa realize parte do processo, como por exemplo o tratamento ou acabamento de madeira, eles podem ser incluídos no âmbito do seu certificado de Cadeia de Custódia, desde que mantenha a propriedade dos produtos em todo o processo. Os produtos não têm que voltar para si antes da entrega ao cliente. Terá de contactar com a sua entidade certificadora para incluir as empresas subcontratadas no âmbito do seu certificado.

FAQ's PEFC®

QUEM NECESSITA DE TER CERTIFICAÇÃO Cdr

1| Q: Numa cadeia de responsabilidade PEFC®, se estiverem envolvidos intermediários entre o fornecedor (por exemplo, serração) e o cliente (por exemplo, carpintaria) e se esses intermediários (por exemplo: comerciantes) só estiverem envolvidos na documentação e transacção, mas não envolvidos com os próprios bens (sendo os produtos transportados directamente do fornecedor para o cliente), os intermediários devem ter a Cadeia de Responsabilidade certificada?

R: A empresa (tal como referido no ponto 3.18 do PEFC ST 2002: 2013) deve decidir e ser capaz de identificar claramente quem é o fornecedor de uma entrega específica. O fornecedor do material/produto certificado PEFC® deve fornecer à entidade a documentação de entrega que cumpra os requisitos.

A carpintaria (como entidade) pode considerar a serração, como fornecedora de material certificado PEFC®, quando o material é entregue directamente à carpintaria e é acompanhado da documentação de entrega (por exemplo, a guia de transporte) que indica claramente a serração como sendo o fornecedor da entrega e a carpintaria como o cliente da entrega.

A documentação de entrega deve incluir todas as informações exigidas pelo requisito 4.1 da Norma PEFC®.

INFORMAÇÕES NA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA À VENDA

2| Q: Como resposta ao requisito que obriga a ter uma cópia dos certificados dos fornecedores, ou ter acesso a eles, é suficiente procurar os fornecedores na base de dados de certificados PEFC®?

R: A base de dados do PEFC® (disponível em <http://www.pefc.org/find-certified/certified-certificates>) permite a consulta de algumas informações dos certificados Cadeia de Responsabilidade mas não inclui cópias dos certificados e, como tal, não satisfaz o requisito de ter acesso a uma cópia do certificado.²

3| Q: O número de licença do logótipo PEFC® pode ser utilizado em vez do número do certificado na documentação associada à venda e/ou transporte?

R: Não. O número da licença emitido pelo PEFC® Portugal refere-se ao direito de uma entidade poder usar o Logo PEFC® e não ao facto da empresa possuir a certificação válida.³

MÉTODOS DE CONTROLO DE ALEGAÇÕES

4| Q: Ao utilizar o método “do limite mínimo” (> 70%), que alegação deve ser colocada na documentação associada à venda e/ou transporte?

R: “70% Certificado PEFC®”.

5| Q: É possível misturar um lote com uma componente de material certificado, outra de material neutro e outra de material de Origem Controlada PEFC® e fazer uma alegação de certificação?

R: Sim. O grupo de produtos está associado a um tipo único de produtos ou um grupo de produtos produzidos com o mesmo material de entrada, ou seja todos os produtos num grupo de produtos incluem o mesmo material de entrada, mas isso não significa que o produto tenha necessariamente de incluir apenas um tipo de material de entrada.

SUBCONTRATAÇÃO

6| Q: A subcontratação no âmbito de Cadeia de Responsabilidade, poderá incluir processos nos quais os produtos não voltam para as instalações da empresa certificada?

R: A subcontratação abrange a situação em que o subcontratado recebe o material directamente do fornecedor em nome da empresa, ou envia directamente para o cliente em nome da empresa (nota 2, 8.8.2 do PEFC ST 2002: 2013). No entanto, o subcontratado não pode ser responsável pela aquisição ou venda de produtos.⁴

SISTEMA DE DILIGÊNCIA DEVIDA

7| Q: Como se pode demonstrar que os materiais de entrada não provêm de florestas convertidas para outro tipo de vegetação?

R: A empresa deve receber as provas dos seus fornecedores de que o material não provém de conversões florestais, no âmbito do seu Sistema de Diligência Devida (Capítulo 5 do PEFC® ST 2002: 2013).

A norma Cadeia de Responsabilidade PEFC® ST 2002:2013 proíbe a entrada de material a partir da conversão de florestas primárias em plantações.

² A cópia do certificado pode ser feita através de meios electrónicos e em formato digital.

³ São obrigatórias as seguintes informações: a identificação do cliente e do fornecedor, a identificação e quantidade entregue por cada produto abrangido, a data da entrega, a alegação formal sobre a categoria do material (incluindo a percentagem de material certificado), a identificação do certificado Cadeia de Responsabilidade do fornecedor (ou outro documento que confirme o estado do certificado do fornecedor).

A utilização do logótipo PEFC® na documentação associada à venda não é obrigatória.

⁴ A empresa permanece responsável por todas as partes de Cadeia de Responsabilidade incluindo os requisitos de aquisição de material, comunicação e venda.

8| Q: Como se pode demonstrar que uma empresa implementa o Sistema de Diligência Devida, obrigatório pelo Regulamento Europeu da Madeira?

R: Uma empresa com certificação Cadeia de Responsabilidade PEFC® pode comunicar a implementação do Sistema de Diligência Devida PEFC®, através da alegação “Origem Controlada PEFC®” na documentação associada à venda, e assim reforçar a comunicação com o cliente do cumprimento da legislação Europeia do Comércio da Madeira (EUTR).

SISTEMA DE GESTÃO

9| Q: Quanto aos requisitos acerca da realização de auditorias, numa empresa multisite é obrigatória a auditoria de cada local anualmente ou aceita-se uma amostragem?

R: A norma Cadeia de Responsabilidade PEFC® ST 2002: 2013 (Apêndice 2, capítulo 3.2) obriga à realização de uma auditoria interna anual no local a todos os locais. O programa de auditorias internas da empresa deve ainda abranger as actividades dos subcontratados. Quanto às auditorias externas, realizadas pelas entidades certificadoras/organismos de certificação, deve ser efectuada uma amostragem de acordo com o descrito no documento PEFC ST 2003:2012 – Requirements for Certification Bodies operating Certification against the PEFC® International Chain of Custody Standard.

UTILIZAÇÃO DO LOGÓTIPO

10| Q: Se um produto contém entre 70% e 85% de material reciclado, qual é o rótulo que se deve utilizar: “Certificado PEFC®” ou “Reciclado PEFC®”?

R: A empresa pode escolher.

Cadeia de Responsabilidade de Produtos de Base Florestal – Requisitos PEFC ST 2002:2013, Apêndice 1	Requisitos para Utilização do Logotipo PEFC® PEFC ST 2001:2008
<p>Produto com: ≥70% certificado PEFC® ≤85% material reciclado</p>	 <p>Certificado PEFC Este produto tem origem em florestas com gestão florestal sustentável e fontes controladas www.pefc.pt</p>
<p>Produto com: ≥70% certificado PEFC® ≥70 % material reciclado</p>	 <p>Reciclado PEFC Este produto tem origem em reciclados e fontes controladas www.pefc.pt</p>

11| Q: Se uma empresa certificada fabrica produtos, mas o processo final de produção decorre numa carpintaria certificada, podem colocar-se as duas licenças de utilização do logótipo no produto final?

R: A rotulagem deve identificar claramente quem é o detentor da licença e tem a responsabilidade de utilização do rótulo e das respetivas alegações. Portanto, só uma empresa pode fazer alegações e usar o rótulo PEFC® no produto.

5| CdC/CdR: SISTEMA DE SUPORTE À IMPLEMENTAÇÃO

A matriz apresentada neste capítulo estrutura um sistema de gestão para enquadrar o cumprimento dos requisitos FSC® e PEFC®, concretizando-se em propostas de peças documentais, no contexto da aplicação dos referenciais normativos relevantes.

Esta matriz sistematiza a correspondência entre os requisitos normativos dos sistemas de CdC/CdR, respectivamente do FSC® e do PEFC® e apresenta propostas de procedimentos, modelos e registos. De realçar que o modelo aqui proposto é orientador e exemplificativo, que deve ser ajustado ao grau de complexidade e tipo de atividade da empresa, de forma a obter a conformidade necessária com os requisitos normativos aplicáveis.

Nota: Todos os documentos listados na tabela abaixo são disponibilizados apenas em formato digital e após pedido à AIFF, através do endereço de correio electrónico: info@aiff.pt.

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
Parte 1: Exigências Gerais		
1 Gestão da qualidade	8 Requisitos mínimos do Sistema de Gestão	
	8.1 Requisitos gerais	
1.1 Responsabilidades	8.2 Responsabilidades e autoridades	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
1.2 Procedimentos	8.3 Procedimentos documentados	
	8.3.1	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
	8.3.1.a	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
	8.3.1.b	PR.03 Procedimento Produção
1.2.1	8.3.1.c	PR.02 Procedimento Abastecimentos; PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos; PR.04 Procedimento Vendas e entregas; PR.05 Procedimento Utilização de Logotipo
	8.3.1.d	PR.09 Procedimento CW DDS
	8.3.1.e	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI
	8.3.1.f	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.17 Reclamação
1.2.2	8.2.2 Responsabilidade e autoridade pela cadeia de responsabilidade	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
1.3 Formação	8.5 Gestão de recursos	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; RR.09 Plano de Formação; RR.03 Registo de presenças; RR.04 Acta de reunião

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
Parte 1: Exigências Gerais (cont.)		
1.4 Registos	8.4 Registos	
	8.4.1	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade;
	8.4.1.c	PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos;
	8.4.1.e	RR.11 Recolha de Informação fornecedores; RR.12 Análise de Risco
1.4.1	8.4.1.f	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI; RR.03 Registo de presenças; RR.04 Acta de reunião
	8.4.1.g	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.17 Reclamação; RR.06 Controlo AI;
	8.2.1.3	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.03 Registo de presenças; RR.04 Acta de reunião
	8.6 Inspeção e controlo	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI;
1.4.2	8.4.2	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade;
1.5 Compromisso com Valores do FSC®	8.2.1.1	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.02 Compromisso
1.6 Saúde e Segurança Ocupacional	9 Requisitos de segurança, saúde e sociais da cadeia de responsabilidade	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.02 Compromisso
	8.7 Reclamações	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.17 Reclamação; RR.06 Controlo AI;
2 Âmbito do Sistema de Cadeia de Custódia/Cadeia de Responsabilidade		
2.1 Grupos de produtos	6.3.2	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.04 Lista de matérias-primas e produtos; PR.08 Controlo de alegações-créditos
2.2 Subcontratação	ver: 8. 8 Subcontratação	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.03 Declaração de Subcontratado; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados
3 Compra de Materiais		
3.1 Especificações de inputs (entradas)		PR.02 Procedimento Abastecimentos; MOD.04 Lista de matérias-primas e produtos;
3.2 Validação do fornecedor	4.2 Identificação ao nível do fornecedor	PR.02 Procedimento Abastecimentos; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados
3.3 Compra de material não certificado		PR.09 Procedimento CW DDS; PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI; PR.03 Procedimento Produção; RR.07 Registo de recepção de Matéria-prima

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
3 Compra de Materiais (cont.)		
3.4 Geração de matéria-prima no local		PR.03 Procedimento Produção
4 Recepção de materiais e armazenamento	4 Identificação da categoria do material no material/produto	
4.1 Identificação de inputs	4.1 Identificação ao nível da entrada (entregas)	PR.03 Procedimento Produção; RR.07 Registo de recepção de Matéria-prima
4.2 Segregação		PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; RR. 08 Registo de matéria; RR.13 Ordem de Produção
4.3 Precauções quanto a material etiquetado		PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos;
5 Controle de volumes		
5.1 Factor de conversão		
5.1.2 Metodologias de cálculos do factor de conversão		PR.03 Procedimento Produção; RR.10 Balanço Materiais; RR.13 Ordem de Produção
5.2 Balanços de material	8.4.1.b; 8.4.1.d	PR.03 Procedimento Produção; RR.10 Balanço Materiais
5.3 Determinação de alegação FSC®		PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos;
6 Vendas e entrega	7 Venda e comunicação de produtos com alegação	PR.04 Procedimento Vendas e entregas
6.1 Identificação dos outputs (produtos) vendidos com alegações FSC®	7.1 Documentação associada à venda/transferência de produtos	PR.04 Procedimento Vendas e entregas
6.2 Rotulagem de produtos vendidos com declarações FSC®	7.2 Utilização de logótipos e rótulos	PR.05 Procedimento Utilização de logótipo
6.3 Fornecimento de Madeira Controlada FSC®	5. Requisitos Mínimos do Sistema de Diligência Devida	PR.09 Procedimento CW/DDS

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
Parte 2: Métodos para controlar as alegações FSC® e PEFC®		
7 Sistema de transferências	6.2 Método da Separação física	PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; RR.07 Registo de recepção de MP; RR.13 Ordem de Produção; RR.08 Registo de matéria
8 Sistema de percentagens	6.3 Método das percentagens	PR.03 Procedimento Produção; PR.07 Controlo alegações percentagem; RR.03 Ordem de Produção; RR.15 Percentagem simples; RR.14 Conta Créditos
9 Sistema de créditos	6.3.4.2	PR.03 Procedimento Produção; PR.07 Controlo alegações créditos; RR.14 Conta Créditos
Parte 3: Uso do logo FSC® e PEFC® no produto		
10 Requisitos gerais para rotulagem		
10.1 Aplicação dos rótulos FSC®	7.2.2	PR.05 Procedimento Utilização de logótipo; PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; RR.13 Ordem de Produção;
	7.2.1	
11 Elegibilidade para rotulagem		PR.05 Procedimento Utilização de logótipo; PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física /transferência; RR.13 Ordem de Produção;
Parte 4: Requisitos suplementares		
12 Subcontratação	8. 8 Subcontratação	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.03 Declaração de Subcontratado; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados

MANUAL

DE CERTIFICAÇÃO DE CADEIA
DE CUSTÓDIA FSC®/CADEIA
DE RESPONSABILIDADE PEFC®

FILEIRA DA PASTA E PAPEL



ÍNDICE

1 | Cadeia de Custódia/Responsabilidade:

Uma estratégia de mercado - Testemunhos **56**

2 | Enquadramento da Certificação de Cadeia de Custódia/Responsabilidade 59

2.1| O que é a Certificação de Cadeia de Custódia/Responsabilidade (CdC/CdR) ____ 59

2.2| Os sistemas FSC® e PEFC® 59

2.3| A quem se destina a CdC/CdR 60

2.4| As normas FSC® e PEFC® 61

2.5| As etapas para obter a certificação 62

2.6| Os benefícios da certificação 63

2.7| Os custos da certificação 64

3 | Implementação da Norma de CdC/CdR 65

3.1| O Sistema de CdC/CdR 65

3.2| Métodos de CdC/CdR 66

3.3| Madeira controlada FSC®/ Sistema de Diligência Devida PEFC® 69

3.4| Certificação de grupo e multisite 70

4 | FAQ's 71

5 | CdC/CdR: Sistema de Suporte à implementação 75

6 | Bibliografia e sítios da internet consultados 79

1| CADEIA DE CUSTÓDIA/RESPONSABILIDADE: UMA ESTRATÉGIA DE MERCADO - TESTEMUNHOS

GRUPO ALTRI



Pedro Serafim

Responsável pela Certificação Florestal



A **ALTRI** foi constituída em Março de 2005, e é considerada um produtor europeu de referência de pasta de papel de eucalipto estando cotada na NYSE Euronext Lisboa, integrando o seu índice de referência, o PSI-20.

Desde a sua génese o Grupo tem adquirido diversas unidades operacionais (Celtejo em 2005 e Celbi em 2006), que permitiram à Altri reforçar a sua posição nos mercados onde opera pelo desenvolvimento de um conjunto de projectos de expansão da actividade.

Nos últimos anos, a Altri investiu em Portugal aproximadamente 470 milhões de Euros, essencialmente, nas unidades industriais da Celbi e da Celtejo. A empresa detém actualmente 3 fábricas em Portugal – Celbi, Caima e Celtejo – com uma capacidade instalada de produção de 970 mil toneladas/ano de pasta de papel branqueada de eucalipto.

A floresta é um activo estratégico da Altri. Embora sob diversas formas jurídicas, em finais de 2013, a Altri mantinha sob sua intervenção 83.760 hectares de terrenos florestais. Nestes, o eucalipto destaca-se como a principal cultura da floresta da Altri, ocupando mais de 66.800 hectares e garantindo um auto-abastecimento em madeira e biomassa complementar ao abastecimento proveniente do mercado.

A gestão praticada pela Altri Florestal encontra-se certificada pelos principais sistemas de certificação de gestão florestal (FSC® e PEFC®) e representa uma garantia para a prossecução dos objectivos da empresa e da satisfação dos seus clientes, hoje e no futuro.

Os recursos florestais da Altri, embora se encontrem dispersos em todo o País, na sua grande maioria, estão concentrados no Vale do Tejo, conferindo-lhes uma importância acrescida face à sua proximidade aos centros fabris da Altri.

Esta proximidade tem uma grande importância estratégica pois permite uma optimização dos custos de transporte, assim como, uma grande eficácia na mobilização de madeira quando comparada com a produção de madeira localizada a maiores distâncias. No âmbito do seu sistema de gestão florestal, a Altri também tem claramente identificado o seu compromisso com a conservação do ambiente e a promoção da biodiversidade. A identificação dos valores de conservação e a sua avaliação permitiu, sempre que considerado necessário, o estabelecimento de projectos especiais de recuperação ou reconversão

com vista a melhorar o equilíbrio dos ecossistemas e aumentar o seu valor enquanto espaço de conservação.

O SISTEMA DE CADEIA DE CUSTÓDIA

Todas as empresas do grupo Altri (Celbi, Caima, Celtejo e Altri Florestal) têm os seus processos de cadeia de custódia certificados pelos dois sistemas de certificação de produtos florestais, nomeadamente pelo FSC® e pelo PEFC®.

De uma forma gradual, a partir de 2005 (primeiro certificado Cadeia de Custódia - Celbi) até 2011 (Altri Florestal) a Altri integrou os sistemas de cadeia de custódia como uma peça fundamental dos seus sistemas de gestão.

A presença em todas as empresas dos sistemas de cadeia de custódia permite garantir a elevada exigência na rastreabilidade do produto e na consequente satisfação dos nossos clientes.

Os sistemas de Cadeia de Custódia permitiram o reforço e controlo dos princípios de rastreabilidade presentes na política de abastecimento de madeira. Assim sendo, a Altri avalia criteriosamente as suas fontes de madeira, atenuando desta forma o risco de fornecimentos provenientes de fontes que violem as regras estabelecidas.

Assim, através dos sistemas de cadeia de custódia, são avaliados os riscos de fornecimento de madeira provenientes de florestas de alto valor de conservação, desflorestações, ou de madeira explorada de forma

ilegal ou proveniente de regiões onde os direitos civis são violados. De acordo com os dois referenciais normativos, a Altri realiza avaliações de risco a todas as origens de abastecimento, de forma a garantir o funcionamento adequado da sua actividade de abastecimento, de proteção dos recursos florestais e cumprimento das boas práticas comerciais.

Esta certificação permite assim obter uma vantagem, ao permitir integrar nos sistemas de cadeia de custódia, o sistema de diligência devida ao fornecimento de madeira.

A Altri tem participado ativamente na revisão normativa dos sistemas de cadeia de custódia no sentido de reforçar o seu papel no controlo das origens da matéria-prima, garantindo uma transparência em todos os elos da cadeia de abastecimento.

Promovemos também o papel dos sistemas de cadeia de custódia como catalisadores da certificação da gestão florestal que necessariamente resulta da sua aplicação. Desta forma, colocamos à disposição dos nossos produtores florestais e fornecedores de madeira o apoio técnico necessário na implementação e manutenção dos seus sistemas certificados de gestão florestal e cadeia de custódia.

Cadeia de responsabilidade:
Código de licença de uso do FSC® : FSC-C104460

GRUPO EUROPAC



Teresa Ferrete
QHSE Manager



O **GRUPO EUROPAC**, desenvolve a sua actividade em Portugal, Espanha, França e Marrocos, no sector da indústria de papel e cartão para embalagem. Abarca todo o espectro produtivo, desde a gestão integral de resíduos e exploração florestal como fontes de matérias-primas fundamentais para o fabrico de papel reciclado e kraftliner, até à produção de pranchas de cartão e caixas como produto final. Adicionalmente, a linha de negócio de papel tem uma potência instalada de 153 MW nas suas instalações de co-geração de energia, para satisfazer a demanda de energia associada ao processo de produção de papel das fábricas de Viana do Castelo, Dueñas, e Alcolea. As principais linhas da actividade do Grupo Europac são:

Papel | Cartão | Gestão de resíduos

A capacidade de produção conjunta destas instalações é de 1.050.000 toneladas anuais., o que confere a Europac o sexto lugar no ranking de produtores de papel da Europa. Viana do Castelo, com uma capacidade anual de 425.000 toneladas anuais, é o quarto produtor de papel kraftliner na Europa.

Os sistemas de certificação da cadeia de custódia (ou cadeia de responsabilidade) foram implementados a partir de 2010, segundo as normas FSC e PEFC. Para além das questões relacionadas com os mercados, o Grupo Europac preocupa-se com a Gestão Florestal em geral, manifestando de forma mais visível esta preocupação em países nos quais opera como utilizador da madeira como matéria-prima para fabrico do papel kraftliner.

A implementação do sistema permitiu a criação de um processo de gestão da informação sobre a origem de produtos florestais que permite à organização fazer alegações precisas e verificáveis sobre o conteúdo em material certificado no seu produto final.

O sistema de cadeia de custódia permite certificar a rastreabilidade dos produtos de origem florestal de uma floresta bem gerida e detentora dum certificado de gestão florestal. Acrescido do facto de muitos os clientes (produtores de caixas de cartão) a solicitar papel certificado, de forma a satisfazer a necessidade do consumidor final.

GRUPO PORTUCEL SOPORCEL



grupo Portucel Soporcel

Hermano Mendonça
Director de Marketing

O **GRUPO PORTUCEL SOPORCEL**, líder nacional nas exportações da fileira florestal, coloca os seus bens em mais de 120 países, contribuindo com 3% do total de bens exportados por Portugal. A empresa é líder mundial no segmento de papel de escritório premium com a marca Navigator e, para além de papel de escritório, produz e exporta ainda papel gráfico não revestido das suas unidades papeleiras da Figueira da Foz e Setúbal, pasta de papel da fábrica de Cacia (a mais antiga do grupo e pioneira a nível mundial, quando, em 1957, deu início à laboração de pasta de papel a partir de eucalipto, pelo processo kraft) e papel higiénico-sanitário da fábrica de Vila Velha de Rodão AMS, a mais recente aquisição da empresa. O grupo apenas se abastece com fibra de origem certificada ou de origem controlada.

Tendo a seu cargo a gestão de 120 mil hectares de floresta, o grupo Portucel Soporcel é também um dos principais responsáveis pela valorização

e renovação da floresta portuguesa. Para o efeito, conta com o apoio do maior viveiro de plantas florestais certificadas na Europa, com uma capacidade de produção anual de 12 milhões de plantas, e o RAIZ, Instituto de Investigação da Floresta e Papel, através do qual o grupo colabora em diversos projectos científicos com universidades nacionais e internacionais de referência.

Sendo um dos mais importantes pilares para a sustentabilidade do negócio do grupo Portucel Soporcel, a floresta é gerida de acordo com as melhores práticas de planeamento e gestão florestal, facto reconhecido pelas certificações já concedidas pelos sistemas internacionais FSC® e PEFC®.

Desde 2006, que o grupo Portucel Soporcel coloca no mercado, papel de escritório certificado, através da implementação e certificação de Cadeia de Responsabilidade Multisite, de acordo com o FSC® e depois, em 2007, também com o PEFC®. A pressão crescente do mercado e o aumento do reconhecimento das certificações de cadeia de responsabilidade, quer por parte da distribuição, quer por parte dos clientes finais, com organismos públicos e privados a exigirem nos seus concursos papel certificado. E, por outro lado, a oferta desses mesmos produtos certificados por parte dos principais concorrentes.

Em termos de cadeia de responsabilidade, as principais alterações prenderam-se com a criação de registos e de procedimentos para o efeito, com as inerentes alterações processuais a nível de um sistema de informação de gestão de créditos. Para tal, o facto do grupo ter já implementado e certificado o sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente e segurança, facilitou em larga escala a acomodação de mais esta certificação.

Valorização das marcas próprias. Acesso a mercados mais remuneradores dos produtos fabricados e a concursos onde é expressamente especificado esse requisito. Acesso à comercialização de produtos com o rótulo ecológico europeu – EU Ecolabel. Possibilidade de comercialização de marcas de cliente que requerem a aposição destes logotipos, os quais asseguram que os produtos têm origem em florestas com uma gestão responsável e que há rastreabilidade da cadeia de abastecimento, desde a sua origem até à sua colocação no mercado.

Cadeia de responsabilidade:

Código de licença de uso do FSC® : FSC-C008924

Código de licença de uso do PEFC® : PEFC/13-32-001



2| ENQUADRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO E CADEIA DE CUSTÓDIA/RESPONSABILIDADE

2.1 O que é a Certificação de Cadeia de Custódia/Responsabilidade (CdC/CdR)

A Certificação de Cadeia de Custódia permite às empresas rotular os seus produtos Forest Stewardship Council (FSC®) ou Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC®), o que, por sua vez, permite ao consumidor identificar e escolher os produtos que apoiam uma gestão florestal responsável/sustentável.

Ambos os sistemas, FSC® e PEFC®, apresentam dois tipos diferentes de certificação:

I Gestão Florestal, que demonstra que a floresta é administrada ou gerida de forma responsável ou sustentável, em conformidade com os Princípios e Critérios do FSC® ou Critérios e Indicadores do PEFC®, e;

II Cadeia de Custódia/ Responsabilidade, que verifica a rastreabilidade de materiais e produtos certificados, de base florestal, ao longo da cadeia produtiva, desde a floresta, ou no caso dos materiais reciclados, desde o local de recolha, até ao consumidor final. Aplica-se a fabricantes, transformadores e comerciantes de produtos florestais certificados.

O sistema Cadeia de Custódia/Responsabilidade de uma empresa traduz-se num conjunto de registos de informação sobre o percurso dos produtos desde a floresta, ou, no caso dos materiais reciclados, desde o local de recolha, até ao consumidor. (Figura 1)

2.2 Os sistemas FSC® e PEFC®

Os dois principais sistemas de certificação florestal reconhecidos internacionalmente são o FSC® e o PEFC®, que têm por objetivo assegurar uma gestão responsável e sustentável da floresta, onde as funções económicas, ambientais e sociais são igualmente salvaguardadas.

Os sistemas são geridos a nível mundial por organizações não-governamentais sem fins lucrativos dedicadas a promover a Gestão Florestal Responsável/Sustentável e sua certificação por entidades certificadoras/organismos de certificação, respectivamente quando se trata do sistema FSC® e PEFC®.

CdC/CdR



Figura 1: Cadeia de Custódia/Responsabilidade



O **FSC®** fundado no Canadá em 1993, com a missão de promover uma gestão das florestas mundiais que fosse ambientalmente responsável, socialmente benéfica e economicamente viável, através da definição e implementação de Princípios e Critérios de Gestão Florestal reconhecidos e respeitados mundialmente.

Em Portugal, o representante é a Associação para uma Gestão Florestal Responsável (AGFR), uma organização sem fins lucrativos constituída nos finais de 2007 (<http://pt.fsc.org/>).

O **PEFC®**, fundado na Europa em 1999 por organizações nacionais de onze países com o objectivo de promover a gestão sustentável das florestas, com base nos Critérios Pan-Europeus para uma Gestão Florestal Sustentável. O PEFC® funciona através do reconhecimento de esquemas de certificação florestal nacionais, desenvolvidos por via de processos que envolvem múltiplas partes interessadas e adaptados às condições e prioridades locais.

Em Portugal, o representante é o Conselho da Fileira Florestal Portuguesa, uma associação sem fins lucrativos de iniciativa privada, formalmente constituída em 2001 (<http://www.pefc.pt/>).

2.3 A quem se destina a CdC/CdR

A certificação de CdC/CdR destina-se a qualquer empresa que procure demonstrar que o seu negócio contribui positivamente para a manutenção e melhoria da floresta, estabelecendo uma política de compras de matéria-prima/produtos de base florestal em conformidade, nomeadamente:

Organizações que processam/transformam produtos de base florestal: qualquer unidade industrial responsável por uma ou várias etapas de transformação/processamento de produtos de base florestal certificados e que pretenda comercializá-los como certificados. Alguns exemplos: fábricas de pasta e/ou papel, produção de embalagens, gráficas, entre outros.

Organizações que comercializam produtos florestais certificados: sempre que uma empresa detenha a posse legal sobre um produto, independentemente de não ter posse física do mesmo. Alguns exemplos: distribuidores ou retalhistas.

A **Norma** aplica-se durante a totalidade do período de propriedade legal do produto (desde a compra até à venda) e a todas as fases de processamento do produto.



RASTREABILIDADE



Para assegurar a rastreabilidade, qualquer mudança de propriedade dentro da cadeia produtiva requer que as organizações envolvidas estabeleçam um sistema de CdC/CdR e que este seja verificado por Entidades Certificadoras/Organismos de Certificação.

2.4 As normas FSC® e PEFC®

As normas FSC® e PEFC® são documentos de referência desenvolvidos com base em processos e orientações multisectoriais, internacionalmente reconhecidos, de forma a garantir o cumprimento dos requisitos acordados à escala mundial. As normas são revistas periodicamente e sujeitas a consultas públicas.

Cada um dos sistemas, FSC® e PEFC®, tem os seus próprios referenciais normativos de CdC/CdR, de aplicação internacional, que se encontram disponíveis nos sítios do FSC¹ e do PEFC².

As normas especificam os requisitos de gestão e de produção, para a CdC/CdR de controle a respeito da aquisição, rotulagem (quando aplicável) e venda de produtos como FSC® ou PEFC® certificada, proporcionando assim uma gama de opções para fazer alegações de certificação. O principal documento normativo que enquadra a implementação de Cadeia de Custódia pelo Forest Stewardship Council (FSC®) é a norma FSC-STD-40-004 que pode ser combinada com normas complementares de acordo com o âmbito de aplicação do certificado da organização (ver figura 2).

MAPA DAS NORMAS DE CADEIA DE CUSTÓDIA FSC®

FSC-STD-40-004 Certificação de Cadeia Custódia			Adenda FSC-STD-40-004a Classificação de Produto
NORMAS E POLÍTICAS COMPLEMENTARES			OUTROS DOCUMENTOS NORMATIVOS
FSC-STD-01-002 Glossário de Termos	FSC-POL-40-002 Certificação de Grupo	FSC-STD-40-003 Multisite	Directivas FSC-DIR-40-###
FSC-STD-40-005 Madeira Controlada	FSC-STD-40-007 Material Recuperado	FSC-STD-50-001 Uso da Marca Registrada	Guias FSC-GUI-40-###
			Procedimentos FSC-PRO-40-###

As versões dos documentos FSC®, em vigor, podem ser consultadas em “Document Catalogue” no sítio do FSC® (<https://ic.fsc.org/requirements-guidance.105.htm>).

Os documentos normativos do PEFC® que enquadram a implementação de Cadeia de Responsabilidade são:

PEFC ST 2002:2013 Chain of Custody of Forest Based Products – Requirements for use (inclui os requisitos do sistema de diligência devida para alegações sobre origens controladas PEFC® e os requisitos para aplicação de cadeia de responsabilidade a empresas multisite)
PEFC ST 2001:2008 Logo Use Rules.
PEFC GD 2001:2014 Chain of Custody of Forest Based Products – Guidance for Use

Figura 2: Mapa das Normas de Cadeia de Custódia FSC®
(fonte: FSC-STD-40-004 V2-1 EN)

A lista de documentos técnicos PEFC® em vigor deve ser consultada com regularidade em “Technical Documentation” no sítio do PEFC® (<http://www.pefc.org/resources/technical-documentation>).

¹ www.fsc.org

² www.pefc.org

2.5 As etapas para obter a certificação

As etapas para se obter e manter a certificação do sistema de CdC/CdR são semelhantes para os dois sistemas, FSC® e PEFC®.

O tempo para a sua implementação depende essencialmente do esforço (tempo e recursos humanos) que a empresa aloca a este processo e o tempo de resposta por parte das entidades certificadoras acreditadas para emitir a decisão de certificação e o certificado de conformidade.

Figura 3: Etapas da Certificação



2.6 Os benefícios da Certificação

A certificação florestal é um instrumento no mercado mundial de produtos de base florestal e cujas principais vantagens podem dividir-se em 3 vertentes:

| Possibilidade da empresa responder às exigências dos **Mercados** actuais e criação de novas possibilidades de negócio, associado à confiança que estes sistemas oferecem sobre a legalidade na origem da matéria-prima;

| A certificação CdC/CdR oferece garantias no que diz respeito à rastreabilidade e à implementação de um sistema de gestão com a subscrição de compromissos de responsabilidade social e ambiental que fortalecem a **Imagem Institucional** junto dos clientes;

| A comercialização de **Produtos** com um rótulo reconhecido internacionalmente, associado a mensagens claras e transparentes, traduzem confiança no consumidor.

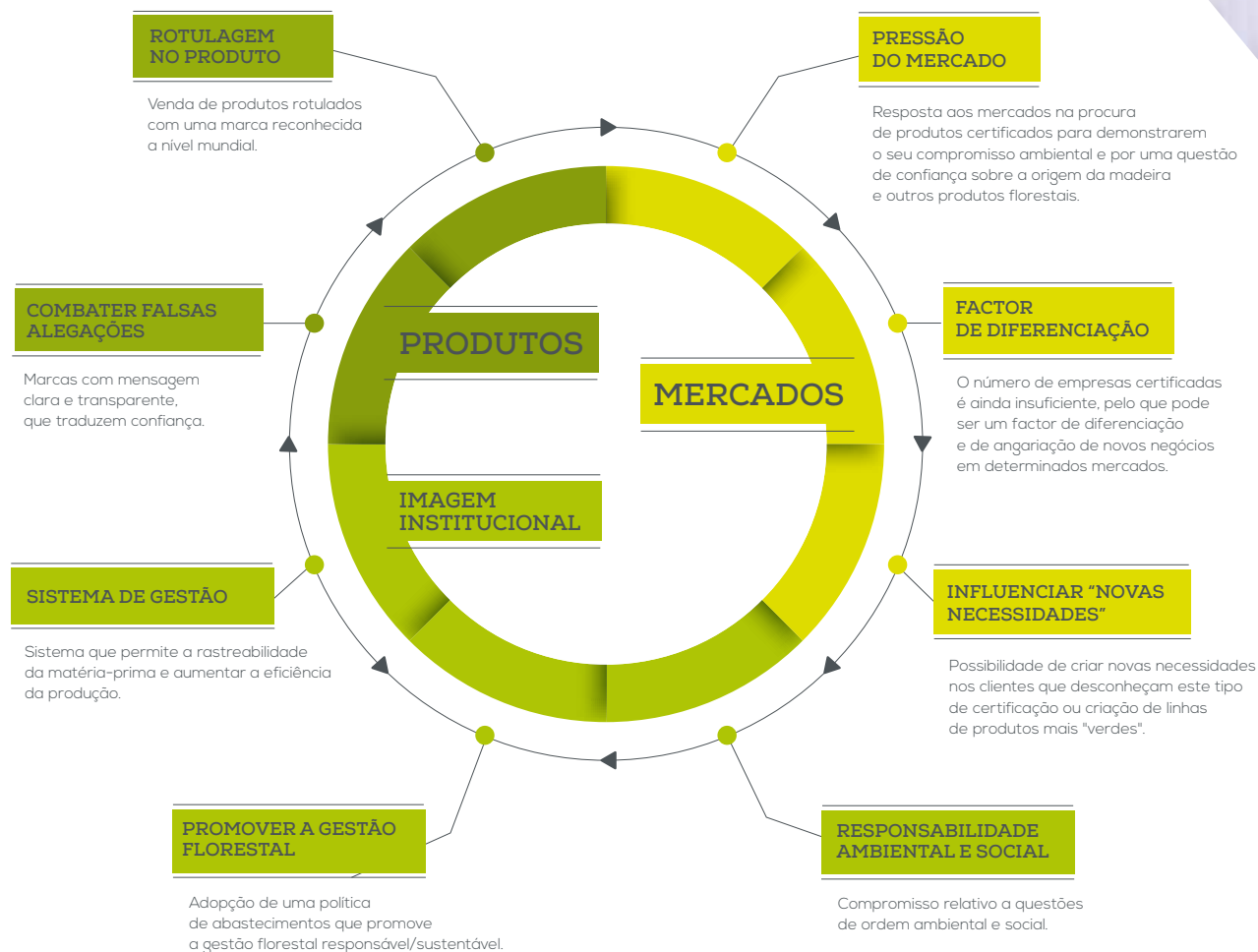


Figura 4: Vantagens da Certificação de Custódia/Responsabilidade

2.7 Os custos da certificação

Os custos de certificação de CdC/CdR podem ser divididos em directos e indirectos.

Os **custos directos** são aqueles decorrentes do processo de certificação e das auditorias:

| **Auditoria de Certificação** – inclui o tempo dedicado ao trabalho administrativo e técnico de verificação de conformidade, despesas da equipa auditora, bem como o pagamento de taxas de certificação aos sistemas FSC® e PEFC®.

Os custos são influenciados pela dimensão e complexidade da empresa.

| **Auditoria de Acompanhamento** – anualmente, deve ser efetuada pelo menos uma avaliação de acompanhamento.

Os **custos indirectos** são aqueles associados à adequação do sistema de produção aos requisitos das normas de CdC/CdR. Ou seja, são os custos referentes às melhorias necessárias para assegurar a rastreabilidade da matéria-prima/ produtos certificados, nomeadamente no que diz respeito à formação, à alocação de recursos humanos, adaptação dos processos internos para assegurar o cumprimento dos requisitos da Norma CdC/CdR. Os valores associados a estes custos podem variar, de acordo com o nível de organização da empresa antes de solicitar a certificação.



3| IMPLEMENTAÇÃO DA NORMA DE CdC/CdR

3.1 O Sistema de CdC/CdR

A implementação de um sistema de CdC/CdR numa empresa tem por objetivo assegurar que é mantida a rastreabilidade da matéria-prima/ produtos certificados, sendo que, para tal, a empresa deve introduzir as melhorias necessárias de forma a adequar o seu sistema de produção aos requisitos das normas de CdC/CdR. A empresa deve conseguir demonstrar:

- | A quem comprou o produto?
- | O que aconteceu ao produto durante a posse legal da empresa?
- | A quem vendeu o produto finalizado?
- | Como organiza, documenta e monitoriza o seu sistema CdC/CdR?

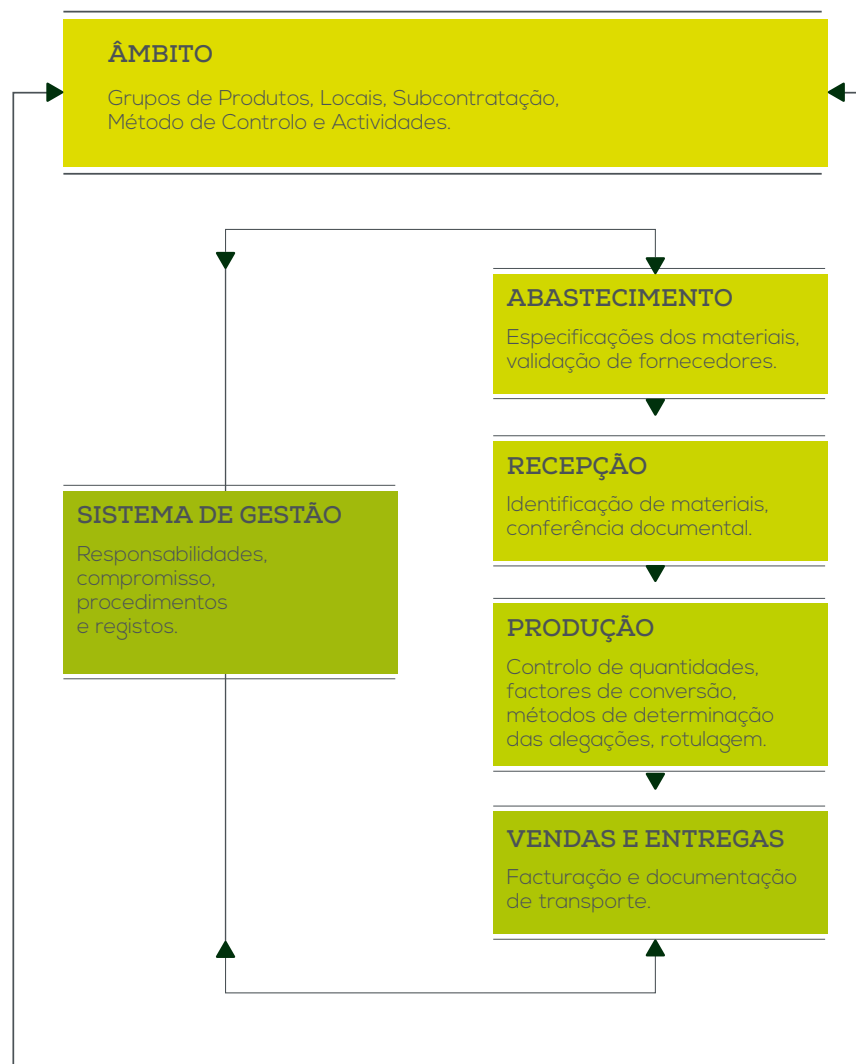


Figura 5: Fluxograma do Sistema de Cadeia de Custódia/Responsabilidade

FASES CdC/CdR	IDENTIFICAÇÃO SUMÁRIA DOS REQUISITOS A TER EM CONTA EM CADA FASE DA CdC/CdR	REQUISITOS	
		FSC - STD - 40 - 004,2.1	PEFC ST 2002:2013
ÂMBITO	A empresa deve estabelecer o âmbito do certificado de CdC/CdR, enquadrar a actividade, os produtos e as actividades subcontratadas no seio da CdC/CdR implementada. Alguma desta informação é pública e está disponível nos sítios do PEFC® e FSC®.	2	6.8
SISTEMA DE GESTÃO	A empresa deve estabelecer um sistema de gestão com a definição de procedimentos internos de forma a assegurar a correcta implementação e manutenção de CdC/CdR. O sistema de gestão inclui a identificação de responsabilidades, formação e capacitação de colaboradores, assegurar requisitos de higiene e segurança no trabalho e definir procedimentos e registos.	1	8.9
ABASTECIMENTO	A empresa deve estabelecer procedimentos de identificação e verificação na aquisição de matéria-prima, nomeadamente o tipo e a categoria de materiais dos potenciais fornecedores. A identificação da tipologia de matéria-prima que pode ser adquirida é efectuada em dois passos: (i) a identificação ao nível do fornecedor, e (ii) a identificação ao nível do tipo e categoria de matéria-prima.	3	4 e 5
RECEPÇÃO	A empresa deve, para cada entrega de matéria-prima, identificar e verificar o tipo e a categoria da matéria-prima, com base em documentação do fornecedor, nomeadamente na documentação associada à venda e/ou transporte.	4	4
ARMAZENAMENTO	A empresa deve assegurar a segregação das matérias-primas e produtos, de acordo com a metodologia de controlo de alegações inicialmente adoptadas.	4,12	6
PRODUÇÃO	A empresa deve optar por utilizar métodos de controlo de alegações definidos pelas normas de CdC/CdR que melhor se adequem ao seu fluxo de matéria-prima, mas também com base nas suas necessidades de comunicação, marketing ou pedidos específicos de cliente. Ao longo das actividades relacionadas com a produção, a empresa deve controlar as quantidades de compra e venda, a definição e controlo dos factores de conversão, bem como as regras de rotulagem do produto.	5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12	6 e 8
VENDAS E ENTREGAS	A empresa tem de assegurar a correcta identificação dos produtos vendidos, e respectiva alegação, nos documentos de venda e/ou transporte.	6	7

Tabela 1: Os requisitos normativos de Cadeia de Custódia /Responsabilidade

3.2 Métodos de CdC/CdR

Neste capítulo, abordam-se os métodos de controlo das alegações FSC® e PEFC® nos produtos (output), um dos requisitos das normas de cadeia de CdC/CdR. Devido à importância e complexidade técnica deste capítulo, analisa-se com algum pormenor este assunto exemplificando ao nível da cadeia produtiva que métodos de controlo se poderão usar e concretiza-se através de alguns exemplos.

Os métodos reconhecidos pelos sistemas FSC®/PEFC® são:

PEFC®	FSC®
Método da Separação Física (6.2 - PEFC ST 2002:2013)	Método da Transferência (7-FSC-STD -40-004, v2.1)
Método das Percentagens (6.3 - PEFC ST 2002:2013)	Método de Percentagens (8-FSC-STD -40-004, v2.1)
	Método dos Créditos (9-FSC-STD -40-004, v2.1)

A figura 6 exemplifica uma cadeia produtiva da fileira da pasta e papel, indicando possíveis métodos de controlo de alegações que poderão ser utilizados.



Figura 6: Exemplo de métodos aplicáveis ao longo da cadeia produtiva da pasta e papel.

Método da Transferência FSC® ou Separação Física PEFC®

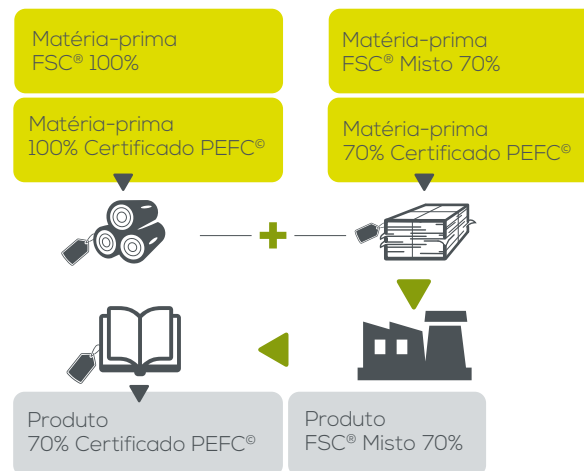
Este método de controlo aplica-se a empresas que separam a matéria-prima certificada e não certificada. Para assegurar a segregação das matérias primas pode recorrer-se a: i) locais diferenciados; ii) definição de tempos de produção diferenciados ou; iii) identificação física. Neste

método de controlo, caso haja mistura de vários tipos de matéria-prima certificada considera-se a alegação mais baixa de uma componente do produto.

Cenário 1: Um único tipo de matéria-prima certificada
A alegação da matéria-prima transfere-se para o produto.



Cenário 2: Vários tipos de matéria-prima certificada
Para este caso, prevalece a alegação mais baixa da matéria-prima. Neste exemplo, a alegação final do produto é FSC® Mix 70% ou 70% certificado PEFC®, elegível para rotulagem.



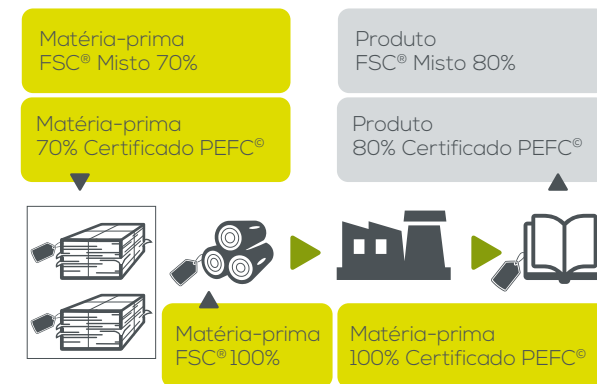
Método da Percentagem FSC®/Percentagem PEFC®

Este método é recomendado para empresas que utilizam matéria-prima certificada e controlada para um processo específico de produção. Com este método, a alegação do produto considera a percentagem de certificação da matéria-prima na entrada do processo. A fórmula de cálculo é:

$$\text{Percentagem de certificação (PC)} = \frac{[\text{volume de matéria-prima certificada (Vc)} / (\text{Volume de matéria-prima certificada (Vc)} + \text{volume de matéria prima controlada (V0)})] \times 100.$$

Cenário 3: Vários tipos de matéria-prima certificada
Neste exemplo, tem-se duas unidades de matéria-prima "FSC® Misto 70%" ou "70% certificado PEFC®" e uma unidade de "FSC® 100%" ou "100% certificado PEFC®". Durante o processo misturam-se os materiais e a percentagem que se obtém no produto final é a razão entre a quantidade de matéria-prima certificada em 100% (1) e 70% (2) sobre o total de matéria-prima. Ou seja:

$$\frac{1 \times (1) + 2 \times (0.7)}{(1 + 1.4)} = 0.8 = 80\%$$



Cenário 4: Vários tipos de matéria-prima (certificada e controlada)

Neste exemplo, tem-se uma unidade de matéria-prima "FSC® Misto 70%" ou "70% certificado PEFC®", uma unidade de "FSC® 100%" ou "100% certificado PEFC®" e uma unidade "Madeira Controlada FSC®". Durante o processo misturam-se os materiais e a percentagem que se obtém no produto final é a razão entre a quantidade de matéria-prima certificado em 100% (1), 70% (1) e FSC® CW ou OC PEFC® sobre o total de matéria-prima. Ou seja:

$$\frac{1 \times (1) + 1 \times (0.7) + 1 \times (0)}{1 + 0.7 + 1} = 0.56 = 56\%$$



Como a percentagem de certificação é inferior a 70% o produto não pode ser rotulado.

Método dos Créditos FSC® / Métodos das percentagens PEFC® (crédito em quantidade)

Com o método dos créditos uma proporção das vendas podem-se vender como certificada segundo a quantidade de entradas certificadas em todo o processo produtivo. Estas entradas podem-se acumular como "créditos" segundo determinadas regras. O resto do produto pode-se vender como "Madeira Controlada FSC®" ou "Origem controlada PEFC®".

Cenário 5: Vários tipos de matéria-prima (certificada e controlada)

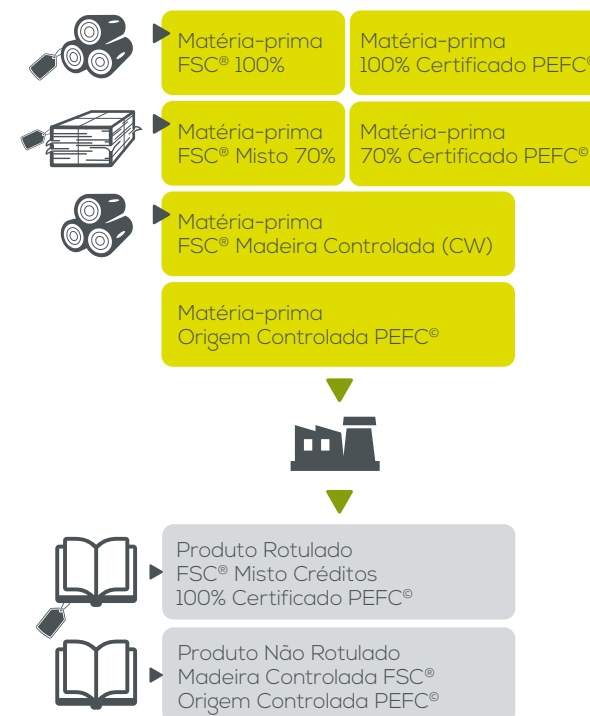
Neste exemplo, tem-se uma unidade de matéria-prima "FSC® Misto 70%" ou "70% certificado PEFC®", uma unidade de "FSC® 100%" ou "100% certificado PEFC®" e uma unidade "Madeira Controlada FSC®" ou "Origens Controladas PEFC®".

Ou seja:

$$1 \times (1) + 1 \times (0.7) + 1 \times (0) = 2.7$$

unidades FSC® Crédito Misto
ou 100% certificado PEFC®
 $3 - 2.7 = 0.3$ unidades
FSC® CW ou OC PEFC®

Os créditos dos produtos podem etiquetar-se como FSC® Misto Crédito ou 100% certificado PEFC® e os restantes podem vender-se como Madeira Controlada FSC ou Origem Controlada PEFC®.



3.3 Madeira controlada FSC®/ Sistema de Diligência Devida PEFC®

Os termos “Madeira Controlada FSC®” ou “Origem Controlada PEFC®” surgiram do crescimento do número de certificados pelos sistemas de CdC/CdR não ter sido acompanhado por um aumento semelhante das áreas florestais certificadas, condicionando a indústria florestal de transformação e comercialização de produtos com certificação FSC® ou PEFC®.⁵

A alegação “Madeira Controlada FSC®” define e exclui da mesma, o que pode ser considerado como fontes inaceitáveis de matéria-prima, designadamente:

- Madeira explorada ilegalmente;
- Madeira explorada em violação de direitos civis e tradicionais;
- Madeira explorada em florestas nas quais os Altos Valores de Conservação são ameaçados pelas actividades de gestão;
- Madeira explorada em florestas em processo de conversão para plantações ou para usos não florestal;
- Madeira proveniente de florestas nas quais são plantadas árvores geneticamente modificadas.

A alegação: “Origem Controlada PEFC®” pode ser utilizada em todos os produtos para os quais foi implementado o Sistema de Diligência Devida (DDS)⁴ do PEFC®, demonstrando assim que a empresa exerceu a “diligência devida”, ou seja, cumpriram um conjunto de passos descritos na Figura 7.

Considerando que o sistema de Diligência Devida do PEFC® está em linha com os requisitos do Regulamento Europeu da Madeira (EUTR), as empresas certificadas CdR PEFC® podem também demonstrar a conformidade do produto com o EUTR. Ao implementarem o sistema DDS, as empresas certificadas podem colocar a alegação “Origem Controlada” PEFC® em produtos constituídos por material não certificado PEFC®, desde que os produtos estejam abrangidos pela Cadeia de Responsabilidade. Os requisitos normativos do FSC® e do PEFC® que possibilitam a incorporação de material de origem controlada em produtos certificados estão descritos em FSC-STD-40 005 v2.1 e no Capítulo 5 do PEFC® ST 2002:2013, e baseiam-se genericamente num conjunto de 4 passos:



Figura 7: Correspondência entre os requisitos para aquisição de Madeira Controlada no âmbito do FSC®, Sistema de Diligência Devida no âmbito do PEFC® e EUTR

⁴ O Sistema de Diligência Devida (DDS) inclui os três elementos seguintes:

- 1| Informação:** as empresas devem ter acesso a informação que especifique a madeira e os produtos de madeira, o País de extração, as espécies, as quantidades, detalhes sobre o fornecedor e informação sobre conformidade com legislação nacional.
- 2| Avaliação de risco:** com base na informação fornecida e nos critérios estabelecidos no EUTR, as empresas devem avaliar o risco de madeira ilegal na sua cadeia de abastecimento. Os abastecimentos com risco “desprezível” poderão continuar a ser comercializados.
- 3| Mitigação de risco:** Em caso de risco “não desprezível” dos produtos de madeira serem ilegais, as medidas de mitigação podem efetivamente minimizar o risco. As medidas podem variar entre exigir informação adicional aos fornecedores e/ou solicitar ao fornecedor a obtenção da certificação florestal.

A certificação florestal e a legislação europeia de comércio da madeira

No âmbito do plano de ação da União Europeia relativo à aplicação da legislação, à governação e ao comércio no sector florestal, foram criados mecanismos europeus específicos com o objectivo de combater a entrada no mercado da madeira abatida ilegalmente, bem como o seu subsequente consumo.

O Regulamento (UE) n.º 995/2010, também designado como Regulamento Europeu de Madeira (EUTR), proíbe a colocação no mercado interno de madeira extraída ilegalmente ou dos seus produtos derivados. No entanto, dada a complexidade da exploração madeireira ilegal e as suas causas e impacto, as medidas específicas tomadas neste Regulamento centram-se na atuação dos operadores, estabelecendo, nomeadamente,

a obrigação destes adoptarem e cumprirem um sistema de diligência devida. Adicionalmente, os comerciantes que fazem parte da cadeia produtiva são também obrigados a prestar informações de base sobre os seus fornecedores e compradores, a fim de permitir a rastreabilidade da madeira e dos seus produtos derivados.

O sistema da diligência devida compreende três elementos inerentes à gestão do risco: o acesso às informações, a avaliação do risco e a diminuição do risco identificado. Os procedimentos de avaliação do risco, podem incluir a certificação ou outros sistemas de verificação por terceiros que abrangam o cumprimento da legislação aplicável. Neste sentido, os sistemas credíveis de certificação florestal, como o PEFC® e/ou FSC®, podem apoiar as empresas certificadas a demonstrarem o cumprimento dos requisitos do Regulamento Europeu da Madeira.

3.4 Certificação de Grupo e Multisite

Os níveis de certificação de CdC/CdR são:

Individual | Aplicável a uma empresa, cuja produção se realiza apenas num local;

Multisite | Destinado à certificação de grandes empresas que estão ligadas por parcerias ou acordos legais/contratuais. Este modelo torna a certificação mais fácil e mais barata para grandes empresas que conseguem beneficiar de uma administração centralizada e da gestão interna com o objectivo de obter a certificação FSC® e/ou PEFC®;

Grupo | É um caso específico do multisite, aplicável a um conjunto de empresas independentes que, por formarem um grupo, conseguem ter acesso facilitado à certificação CdC/CdR dividindo os custos da certificação e beneficiando do suporte e controle técnico realizados por uma Entidade Gestora. Os dois sistemas de certificação, FSC® e PEFC®, têm regras definidas para a aceitação de membros (Tabela 2).

PEFC®	FSC®
i) ≤ 50 Empregados (a tempo inteiro) e ii) Volume de negócios ≤ 9.000.000 CHF, ou equivalente. Participação de locais que estão domiciliados num único país.	≤ 15 Empregados (que trabalhem em tempo integral); ou ≤ 25 Empregados (trabalhando em tempo integral) e um rendimento anual ≤ US\$ 1.000.000,00. Todos os locais participantes devem estar localizados no mesmo país da empresa que possui o certificado.

Tabela 2: Regras definidas pelos sistemas para aceitar membros de certificação de Grupo de CdC/CdR

4| FAQ's

FAQ's FSC®

QUEM NECESSITA DE TER CERTIFICAÇÃO Cdc

1| Q: Não manipulo os produtos, preciso de obter a certificação de Cadeia de Custódia?

R: Sim, se assumir a propriedade legal dos produtos e emitir facturas aos seus clientes.

ROTULAGEM DO PRODUTO

2| Q: Todos os nossos produtos têm de ser certificados FSC®?

R: Não, mas deve assegurar-se de que os produtos não se misturam inadvertidamente.

3| Q: Temos de colocar um rótulo FSC® nos nossos produtos?

R: Não, mas eles devem ser vendidos com a alegação FSC® correcta nos documentos de venda. Produtos, como madeira serrada, muitas vezes não são rotulados.

4| Q: Todos os componentes do meu produto precisam de ser certificados?

R: Todos os componentes de um produto, que sejam feitos ou que contenham materiais de base florestal, que são incorporados no produto para cumprir necessidades específicas dos consumidores devem ser certificados. Componentes de base florestal que têm funções secundárias no produto (por exemplo, para o transporte, protecção, etc.) não precisam ser certificadas a menos que estas sejam adicionadas ao produto com um propósito funcional (por exemplo, se o funcionamento do produto ficar comprometido pela remoção deste componente secundário), então, esta componente também precisa de ser certificada.

EXEMPLOS DE PRODUTOS	QUE COMPONENTES DO PRODUTO PRECISAM DE SER CERTIFICADOS	
Fósforos e Caixas de Fósforos	Fósforos	Sim
	Caixas de fósforos	Opcional
	Racional: Os fósforos e a caixa de fósforos são componentes distintas podem ser certificados de forma independente quando a declaração do rótulo FSC® for suficientemente para evitar má interpretação. No entanto, se os fósforos e as caixas de fósforos forem feitos com o mesmo material (por exemplo, papel), ambos deverão ser certificados, e levar o selo FSC®.	
Jogos	Componentes de papel, madeira e cortiça	Sim
	Manual de instruções	Opcional
	Embalagem	Opcional
	Racional: Os componentes de madeira e do papel do jogo têm uma finalidade funcional e consequentemente precisam de ser certificados. No entanto, é possível uma abordagem mais flexível desde que se coloque a declaração apropriada no rótulo FSC®. Por exemplo, quando apenas os componentes de madeira são certificados, o selo do FSC® deve conter a declaração de "madeira" e os componentes de papel não precisam ser certificados, ou vice-versa. O manual e a embalagem não são componentes do produto e por essa razão não precisam ser certificados.	
Livros	Capa	Sim
	Folhas no interior	Sim
	Capas exteriores	Opcional
	Banda envolvente	Opcional
	Racional: A capa e as folhas do interior são necessários para a função do produto, e por esse motivo devem ser certificados. Itens adicionais: como sobrecapas, capas de deslizamento e banda envolvente não são necessários para a função do produto e, portanto, não precisam ser certificadas.	
Rolos de papel	Papel Higiénico	Sim
	Rolo de suporte	Opcional
	Racional: O papel higiénico é a componente procurada pelo consumidor para cumprir a sua necessidade específica. O rolo de cartão é um método de distribuição ou transporte do papel e pode ser separada do produto, sem comprometer a sua função. Por este motivo, o rolo de cartão não necessita de ser certificado. O mesmo raciocínio se aplica para todos os produtos de papel vendidos em rolos ou bobinas (por exemplo, bobinas de papel, papel térmico, toalhas de papel).	

5| Q: Quando um produto é rotulado FSC®, pode ter rótulos de outros sistemas de certificação florestal?

R: Não, o produto não pode ter rótulos de outros sistemas de certificação florestal. Não seria permitido ter rótulo duplo num produto, por exemplo. No entanto, em publicações rotuladas com FSC®, como revistas ou material publicitário impresso, as marcas de outros sistemas de certificação podem ser utilizadas para a promoção de produtos ou fins educacionais, desde que não haja declarações sobre o papel da publicação certificada com o outro esquema de certificação.

6| Q: Pode ser usada a mini etiqueta num formato maior, sem o texto da etiqueta padrão, numa rolha de vinho, mesmo que haja espaço suficiente para incluir o rótulo padrão?

R: Sim, é possível o uso de mini etiqueta num formato maior em vez do rótulo padrão numa rolha de vinho, quando for tecnicamente difícil produzir texto padrão legível no rótulo.

MÉTODOS DE CONTROLO DE ALEGAÇÕES

7| Q: É permitido classificar colas de resina de base florestal e sulfonato de lenhina utilizados para a produção de papel como “neutro”¹?

R: Sim, até o FSC® desenvolver uma abordagem para verificar que este tipo de material é um produto não madeireiro (NTFP) é aceitável classificar esse material como “neutro”¹.

8| Q: O material certificado PEFC® é elegível para ser utilizado em grupos de produtos FSC® como FSC® certificado ou FSC® Madeira Controlada?

R: Não. O material certificado pelo PEFC® não é aceite como entrada certificada FSC® e não cumpre automaticamente os requisitos da norma

de Madeira Controlada FSC®. Portanto, o material certificado PEFC® é classificado como entrada não certificada FSC® e devem respeitar-se os requisitos da norma da Madeira Controlada FSC® antes do uso em grupos de produtos FSC®.

9| Q: É aceitável definir os grupos de produtos, no sistema de crédito, por alegação FSC® e por tipo de produto, sem ter em conta características dos materiais de entrada?

R: Não, os grupos de produtos no âmbito do sistema de crédito devem partilhar características de entrada e saída semelhantes, em termos de qualidade e factor de conversão (FSC-STD-40-004 Cláusula 2.1.3 e “Termos e Definições”). O termo “qualidade” representa características em termos de espécies, composição/especificações ou valor das matérias. Isso significa que os produtos que contêm entradas de qualidade diferente (por exemplo, placas de aglomerado e madeira serrada) e/ou com diferentes factores de conversão (por exemplo, madeira maciça e porta composta) não podem ser combinadas no mesmo grupo de produtos. Os créditos dos materiais de uma determinada qualidade (por exemplo, placa de aglomerado) não podem ser transferidos para materiais de qualidade diferente (por exemplo, folha de madeira). Assim, o sistema de crédito não é aplicável para a produção de produtos constituídos por materiais de diferentes qualidades, a menos que a empresa estabeleça contas de crédito separadas para cada um dos materiais de entrada.

INFORMAÇÕES NA DOCUMENTAÇÃO DE TRANSACÇÃO

10| Q: É aceitável que um produto vendido com alegações FSC® também contenha alegações de outros sistemas de conformidade florestal nos documentos de venda e transporte?

R: Sim. As normas de cadeia de custódia FSC® e de uso de marca registrada apenas apresentam restrições para o uso do rótulo FSC® nos produtos juntamente com rótulos de outros sistemas de conformidade florestal. No entanto, essas restrições não se aplicam para a identificação de documentos de venda e transporte. Neste caso, as alegações FSC e referência a outros sistemas de certificação não devem ser misturadas. Todos os elementos da alegação FSC® devem ser compreensíveis e facilmente identificáveis.

SUBCONTRATAÇÃO

11| Q: Os requisitos de subcontratação FSC® são aplicáveis quando um subcontratado executa uma operação de dimensionamento, que está localizado na propriedade da entidade certificada FSC®?

R: Não, requisitos de subcontratação só são aplicáveis quando o subcontratante toma posse física de material certificado FSC® fora da entidade certificada por este sistema. Se uma actividade subcontratada ocorre no local da empresa certificada FSC®, então a actividade deve ser incluída no âmbito do certificado e avaliados como parte da auditoria CdC da empresa.

12| Q: Uma gráfica contrata parte da sua produção para um subcontratado não certificado FSC®. Podeo subcontratado comprar papel FSC® e adicioná-loa uma produção subcontratada?

R: Não, os subcontratados não certificados não podem comprar e adicionar material base florestal por conta própria. Por definição a entidade contratante teria de ter a propriedade legal de todos os materiais de entrada. Este seria diferente para os subcontratados certificados onde ambos actuam como prestadores deserviços, bem como fornecedores com compras por conta própria.

13| Q: Uma empresa que não é certificada pelo FSC® que realiza parte de um dos nossos processos de transformação – ela também precisa de certificação de Cadeia de Custódia?

R: Se quiser que uma outra empresa realize parte do processo, como por exemplo o tratamento ou acabamento de madeira, eles podem ser incluídos no âmbito do seu certificado de Cadeia de Custódia, desde que mantenha a propriedade dos produtos em todo o processo. Os produtos não têm que voltar para si antes da entrega ao cliente. Terá de contactar com a sua entidade certificadora para incluir as empresas subcontratadas no âmbito do seu certificado.

FAQ's PEFC®

QUEM NECESSITA DE TER CERTIFICAÇÃO Cdr

1| Q: Numa cadeia de responsabilidade PEFC®, se estiverem envolvidos intermediários entre o fornecedor (por exemplo, fábrica de papel) e o cliente (por exemplo, gráfica) e se esses intermediários (por exemplo: comerciantes) só estiverem envolvidos na documentação e transacção, mas não envolvidos com os próprios bens (sendo os produtos transportados directamente do fornecedor para o cliente), os intermediários devem ter a Cadeia de Responsabilidade certificada?

R: A empresa (tal como referido no ponto 3.18 do PEFC ST 2002: 2013) deve decidir e ser capaz de identificar claramente quem é o fornecedor

de uma entrega específica. O fornecedor do material/produto certificado PEFC® deve fornecer à entidade a documentação de entrega que cumpra os requisitos. A gráfica (como entidade) pode considerar a fábrica de papel, como fornecedora de material certificado PEFC®, quando o material é entregue directamente à gráfica e é acompanhado da documentação de entrega (por exemplo, a guia de transporte) que indica claramente a fábrica de papel como sendo o fornecedor da entrega e a gráfica como o cliente da entrega. A documentação de entrega deve incluir todas as informações exigidas pelo requisito 4.1 da Norma PEFC®.

2| Q: Se um editor não certificado compra papel certificado PEFC®, sendo o papel entregue directamente a partir de uma fábrica certificada a uma gráfica certificada com documentos de venda e/ou transporte associada, o editor pode utilizar o papel e o número do certificado da gráfica para uma alegação no produto?

R: Apenas uma entidade com um certificado Cadeia de Responsabilidade PEFC® pode alegar o material como "Certificado PEFC®". Uma editora não certificada pode pedir a uma gráfica para colocar o rótulo e/ou alegação PEFC® da própria gráfica no produto comprado.

INFORMAÇÕES NA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA À VENDA

3| Q: Como resposta ao requisito que obriga a ter uma cópia dos certificados dos fornecedores, ou ter

acesso a eles, é suficiente procurar os fornecedores na base de dados de certificados PEFC®?

R: A base de dados do PEFC® (disponível em <http://www.pefc.org/find-certified/certified-certificates>) permite a consulta de algumas informações dos certificados Cadeia de Responsabilidade mas não inclui cópias dos certificados e, como tal, não satisfaz o requisito de ter acesso a uma cópia do certificado.²

4| Q: O número de licença do logótipo PEFC® pode ser utilizado em vez do número do certificado na documentação associada à venda e/ou transporte?

R: Não. O número da licença emitido pelo PEFC® Portugal refere-se ao direito de uma entidade poder usar o Logo PEFC® e não ao facto da entidade possuir a certificação válida.³

MÉTODOS DE CONTROLO DE ALEGAÇÕES

5| Q: Ao utilizar o método "do limite mínimo" (> 70%), que alegação deve ser colocada na documentação associada à venda e/ou transporte?

R: "70% Certificado PEFC®".

6| Q: É possível misturar um lote com uma componente de material certificado, outra de material neutro e outra de material de Origem Controlada PEFC® e fazer uma alegação de certificação?

R: Sim. O grupo de produtos está associado a um tipo único de produtos ou um grupo de produtos produzidos com o mesmo material de entrada, ou seja todos os produtos num grupo de produtos incluem o mesmo material de entrada, mas isso

² A cópia do certificado pode ser feita através de meios electrónicos e em formato digital.

³ São obrigatórias as seguintes informações: a identificação do cliente e do fornecedor, a identificação e quantidade entregue por cada produto abrangido, a data da entrega, a alegação formal sobre a categoria do material (incluindo a percentagem de material certificado), a identificação do certificado Cadeia de Responsabilidade do fornecedor (ou outro documento que confirme o estado do certificado do fornecedor).

A utilização do logótipo PEFC® na documentação associada à venda não é obrigatória.

não significa que o produto tenha necessariamente de incluir apenas um tipo de material de entrada.

SUBCONTRATAÇÃO

7| Q: A subcontratação no âmbito de Cadeia de Responsabilidade, poderá incluir processos nos quais os produtos não voltam para as instalações da empresa certificada?

R: A subcontratação abrange a situação em que o subcontratado recebe o material directamente do fornecedor em nome da empresa, ou envia directamente para o cliente em nome da empresa (nota 2, 8.8.2 do PEFC ST 2002: 2013). No entanto, o subcontratado não pode ser responsável pela aquisição ou venda de produtos.⁴

SISTEMA DE DILIGÊNCIA DEVIDA

8| Q: Como se pode demonstrar que os materiais de entrada não provêm de florestas convertidas para outro tipo de vegetação?

R: A empresa deve receber as provas dos seus fornecedores de que o material não provém de conversões florestais, no âmbito do seu Sistema de Diligência Devida (Capítulo 5 do PEFC® ST 2002: 2013).

A norma Cadeia de Responsabilidade PEFC® ST 2002:2013 proíbe a entrada de material a partir da conversão de florestas primárias em plantações.

9| Q: Como se pode demonstrar que uma empresa implementa o Sistema de Diligência Devida, obrigatório pelo Regulamento Europeu da Madeira?

R: Uma empresa com certificação Cadeia de Responsabilidade PEFC® pode comunicar

a implementação do Sistema de Diligência Devida PEFC®, através da alegação “Origem Controlada PEFC®” na documentação associada à venda, e assim reforçar a comunicação com o cliente do cumprimento da legislação Europeia do Comércio da Madeira (EUTR).

SISTEMA DE GESTÃO

10| Q: Quanto aos requisitos acerca da realização de auditorias, numa empresa multisite é obrigatória a auditoria de cada local anualmente ou aceita-se uma amostragem?

R: A norma Cadeia de Responsabilidade PEFC® ST 2002: 2013 (Apêndice 2, capítulo 3.2) obriga à realização de uma auditoria interna anual no local a todos os locais. O programa de auditorias internas da empresa deve ainda abranger as actividades dos subcontratados.

Quanto às auditorias externas, realizadas pelas entidades certificadoras/organismos de certificação, deve ser efectuada uma amostragem de acordo com o descrito no documento PEFC ST 2003:2012 - Requirements for Certification Bodies operating Certification against the PEFC® International Chain of Custody Standard.

UTILIZAÇÃO DO LOGÓTIPO

11| Q: Se um produto contém entre 70% e 85% de material reciclado, qual é o rótulo que se deve utilizar: “Certificado PEFC®” ou “Reciclado PEFC®”?

R: A empresa pode escolher.

Cadeia de Responsabilidade de Produtos de Base Florestal - Requisitos PEFC ST 2002:2013, Apêndice 1	Requisitos para Utilização do Logotipo PEFC® PEFC ST 2001:2008
<p>Produto com:</p> <p>≥70% certificado PEFC®</p> <p>≤85% material reciclado</p>	<p>Certificado PEFC</p> <p>Este produto tem origem em florestas com gestão florestal sustentável e fontes controladas</p> <p>PEFC™</p> <p>PEFC/13-01-01</p> <p>www.pefc.pt</p>
<p>Produto com:</p> <p>≥70% certificado PEFC®</p> <p>≥70 % material reciclado</p>	<p>Reciclado PEFC</p> <p>Este produto tem origem em reciclados e fontes controladas</p> <p>PEFC™</p> <p>PEFC/13-01-01</p> <p>www.pefc.pt</p>

12| Q: Se uma empresa certificada fabrica produtos, mas o processo final de produção decorre numa gráfica certificada, podem colocar-se as duas licenças de utilização do logótipo no produto final?

R: A rotulagem deve identificar claramente quem é o detentor da licença e tem a responsabilidade de utilização do rótulo e das respetivas alegações. Portanto, só uma empresa pode fazer alegações e usar o rótulo PEFC® no produto.

⁴ A empresa permanece responsável por todas as partes de Cadeia de Responsabilidade incluindo os requisitos de aquisição de material, comunicação e venda.

5| CdC/CdR: SISTEMA DE SUPORTE À IMPLEMENTAÇÃO

A matriz apresentada neste capítulo estrutura um sistema de gestão para enquadrar o cumprimento dos requisitos FSC® e PEFC®, concretizando-se em propostas de peças documentais, no contexto da aplicação dos referenciais normativos relevantes.

Esta matriz sistematiza a correspondência entre os requisitos normativos dos sistemas de CdC/CdR, respectivamente do FSC® e do PEFC® e apresenta propostas de procedimentos, modelos e registos. De realçar que o modelo aqui proposto é orientador e exemplificativo, que deve ser ajustado ao grau de complexidade e tipo de actividade da empresa, de forma a obter a conformidade necessária com os requisitos normativos aplicáveis.

Nota: Todos os documentos listados na tabela abaixo são disponibilizados apenas em formato digital e após pedido à AIFF, através do endereço de correio electrónico: info@aiff.pt.

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
Parte 1: Exigências Gerais		
1 Gestão da qualidade	8 Requisitos mínimos do Sistema de Gestão	
	8.1 Requisitos gerais	
1.1 Responsabilidades	8.2 Responsabilidades e autoridades	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
1.2 Procedimentos	8.3 Procedimentos documentados	
	8.3.1	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
	8.3.1.a	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
	8.3.1.b	PR.03 Procedimento Produção
1.2.1	8.3.1.c	PR.02 Procedimento Abastecimentos; PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos; PR.04 Procedimento Vendas e entregas; PR.05 Procedimento Utilização de Logotipo
	8.3.1.d	PR.09 Procedimento CW DDS
	8.3.1.e	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI
	8.3.1.f	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.17 Reclamação
1.2.2	8.2.2 Responsabilidade e autoridade pela cadeia de responsabilidade	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; MOD.01 Organograma
1.3 Formação	8.5 Gestão de recursos	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade; RR.09 Plano de Formação; RR.03 Registo de presenças; RR.04 Acta de reunião

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
Parte 1: Exigências Gerais (cont.)		
1.4 Registos	8.4 Registos	
	8.4.1	PR.01 - Procedimento de Gestão da Qualidade;
	8.4.1.c	PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos;
	8.4.1.e	RR.11 Recolha de Informação fornecedores; RR.12 Análise de Risco
1.4.1	8.4.1.f	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI; RR.03 Registo de presenças; RR.04 Acta de reunião
	8.4.1.g	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.17 Reclamação; RR.06 Controlo AI;
	8.2.1.3	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.03 Registo de presenças; RR.04 Acta de reunião
	8.6 Inspeção e controlo	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI;
1.4.2	8.4.2	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade;
1.5 Compromisso com Valores do FSC®	8.2.1.1	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.02 Compromisso
1.6 Saúde e Segurança Ocupacional	9 Requisitos de segurança, saúde e sociais da cadeia de responsabilidade	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.02 Compromisso
	8.7 Reclamações	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.17 Reclamação; RR.06 Controlo AI;
2 Âmbito do Sistema de Cadeia de Custódia/Cadeia de Responsabilidade		
2.1 Grupos de produtos	6.3.2	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.04 Lista de matérias-primas e produtos; PR.08 Controlo de alegações-créditos
2.2 Subcontratação	ver: 8. 8 Subcontratação	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.03 Declaração de Subcontratado; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados
3 Compra de Materiais		
3.1 Especificações de inputs (entradas)		PR.02 Procedimento Abastecimentos; MOD.04 Lista de matérias-primas e produtos;
3.2 Validação do fornecedor	4.2 Identificação ao nível do fornecedor	PR.02 Procedimento Abastecimentos; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados
3.3 Compra de material não certificado		PR.09 Procedimento CW DDS; PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados; RR.05 Relatório de Auditoria Interna; RR.06 Controlo AI; PR.03 Procedimento Produção; RR.07 Registo de recepção de Matéria-prima

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
3 Compra de Materiais (cont.)		
3.4 Geração de matéria-prima no local		PR.03 Procedimento Produção
4 Recepção de materiais e armazenamento	4 Identificação da categoria do material no material/produto	
4.1 Identificação de inputs	4.1 Identificação ao nível da entrada (entregas)	PR.03 Procedimento Produção; RR.07 Registo de recepção de Matéria-prima
4.2 Segregação		PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; RR. 08 Registo de matéria; RR.13 Ordem de Produção
4.3 Precauções quanto a material etiquetado		PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos;
5 Controle de volumes		
5.1 Factor de conversão		
5.1.2 Metodologias de cálculos do factor de conversão		PR.03 Procedimento Produção; RR.10 Balanço Materiais; RR.13 Ordem de Produção
5.2 Balanços de material	8.4.1.b; 8.4.1.d	PR.03 Procedimento Produção; RR.10 Balanço Materiais
5.3 Determinação de alegação FSC®		PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; PR.07 Controlo alegações percentagem; PR.08 Controlo alegações créditos;
6 Vendas e entrega	7 Venda e comunicação de produtos com alegação	PR.04 Procedimento Vendas e entregas
6.1 Identificação dos outputs (produtos) vendidos com alegações FSC®	7.1 Documentação associada à venda/transferência de produtos	PR.04 Procedimento Vendas e entregas
6.2 Rotulagem de produtos vendidos com declarações FSC®	7.2 Utilização de logótipos e rótulos	PR.05 Procedimento Utilização de logótipo
6.3 Fornecimento de Madeira Controlada FSC®	5. Requisitos Mínimos do Sistema de Diligência Devida	PR.09 Procedimento CW/DDS

FSC - STD - 40 - 004 V2-1	PEFC ST 2002:2013	DOCUMENTOS DO SISTEMA
Parte 2: Métodos para controlar as alegações FSC® e PEFC®		
7 Sistema de transferências	6.2 Método da Separação física	PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; RR.07 Registo de recepção de MP; RR.13 Ordem de Produção; RR.08 Registo de matéria
8 Sistema de percentagens	6.3 Método das percentagens	PR.03 Procedimento Produção; PR.07 Controlo alegações percentagem; RR.03 Ordem de Produção; RR.15 Percentagem simples; RR.14 Conta Créditos
9 Sistema de créditos	6.3.4.2	PR.03 Procedimento Produção; PR.07 Controlo alegações créditos; RR.14 Conta Créditos
Parte 3: Uso do logo FSC® e PEFC® no produto		
10 Requisitos gerais para rotulagem		
10.1 Aplicação dos rótulos FSC®	7.2.2	PR.05 Procedimento Utilização de logótipo; PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física/transferência; RR.13 Ordem de Produção;
	7.2.1	
11 Elegibilidade para rotulagem		PR.05 Procedimento Utilização de logótipo; PR.03 Procedimento Produção; PR.06 Controlo alegações separação física /transferência; RR.13 Ordem de Produção;
Parte 4: Requisitos suplementares		
12 Subcontratação	8. 8 Subcontratação	PR.01 Procedimento Gestão Qualidade; MOD.03 Declaração de Subcontratado; RR.02 Lista de fornecedores-subcontratados

6| BIBLIOGRAFIA E SÍTIOS CONSULTADOS

FSC-STD-40-004 V2-1 FSC Standard for Chain of Custody Certification

FSC-STD-50-001 V1-2 FSC Requirements for Trademark Use

FSC-STD-40-005 V2-1 FSC standard for company evaluation of controlled wood

FSC-STD-40-003 V2-1 - Chain of Custody Certification of Multiple Sites

FSC-DIR-40-004 EN - FSC Directive on Chain of Custody Certification (15 August 2014) 2014 Forest Stewardship Council, A.C. All rights reserved.

PEFC ST 2002:2013 Chain of Custody of Forest Based Products – Requirements

PEFC ST 2001:2008 Logo Use Rules

<http://www.pefc.pt/>

<http://pt.fsc.org/>

<https://ic.fsc.org/index.htm>

<https://ic.fsc.org/fsc-dir-40-004-coc-directive.441-16.htm>

<https://ic.fsc.org/fsc-std-40-004-coc-certification.441-15.htm>

<https://ic.fsc.org/fsc-std-50-001-v1-2.441-23.htm>

<http://www.pefc.org/>

PEFC Council, 2011. "PEFC Chain of Custody Key to Selling Certified Products, Switzerland.

PEFC GD 2001:2014 - Chain of Custody of Forest-Based Products – Guidance for Use, PEFC Council 2014

REGULAMENTO (UE) N.º 995/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de Outubro de 2010

WWF-Colombia, 2012. "Guía de Certificación Forestal". Santiago de Cali, Colômbia



7| ANEXOS – DOCUMENTAÇÃO

PROCEDIMENTOS

PR_01_00_Procedimento_Gestão Qualidade.docx
PR_02_00_Procedimento Abastecimentos.docx
PR_03_00_Procedimento Produção.docx
PR_04_00_Procedimento Vendas e Entregas.docx
PR_05_00_Procedimento Utilização_Logotipo.docx
PR_06_00_Controlo_Alegacoes_Separação_Fisica_Transferência.docx
PR_07_00_Controlo_Alegacoes_Percentagem.docx
PR_08_00_Controlo_Alegacoes_Créditos.docx
PR_09_00_Procedimento CW_DDS.docx
PR_10_00_Procedimento Multisite.docx

Download dos documentos:

http://www.certificamais.pt/Sistema_CdC_CdR%20_%20Procedimentos.rar

MODELOS

MOD_01_00_Organograma.docx
MOD_02_00_Compromisso.docx
MOD_03_00_Declaração_Subcontratado.docx
MOD_04_00_Lista de Matérias_Primas_produtos.xlsx
MOD_05_00_Declaração_Fornecedor.docx
MOD_06_00_Termos e Definições.docx
MOD_07_00_Declaração_Site.docx

Download dos documentos:

http://www.certificamais.pt/Sistema_CdC_CdR_Modelos.rar

REGISTO

RR_01_00_Controlo_Documental.xlsx
RR_02_00_Lista de Fornecedores_Subcontratados.xlsx
RR_03_00_Registo de Presenças.docx
RR_04_00_ACta de Reunião.docx
RR_05_00_Relatório de Auditoria Interna.docx
RR_06_00_Controlo_AI.xlsx
RR_07_00_Registo_Receção_MP.xlsx
RR_08_00_Registo de Matéria.docx
RR_09_00_Plano de Formação.docx
RR_10_00_Balanço_Materiais.xlsx
RR_11_00_Recolha_Informação_Fornecedores.xlsx
RR_12_00_Analise_Risco.xlsx
RR_13_00_Ordem de Produção.docx
RR_14_00_Conta Creditos.xlsx
RR_15_00_Percentagem_Simples.xlsx
RR_16_00_Lista_Auditores.xlsx
RR_17_00_Reclamação.docx
RR_18_00_Lista de Sites Participantes.xlsx

Download dos documentos:

http://www.certificamais.pt/Sistema_CdC_CdR%20_%20Registos.rar

